

Vol.2 — N.1 Janeiro 2022



CADERNOS CEBRAP SUSTENTABILIDADE

Working Papers

**A dinâmica do complexo de
poder da soja e o acirramento
dos conflitos territoriais nos
cerrados brasileiros**

**CARLOS WALTER PORTO-GONÇALVES
SAMUEL BRITTO DAS CHAGAS**



CEBRAP

O Centro Brasileiro de Análise e Planejamento - CEBRAP - foi criado em 1969 para ser um espaço de produção de conhecimento crítico e independente no Brasil. O foco da instituição é a análise da realidade brasileira, com um estilo de trabalho que enfatiza a comparação e combina a especialização e a interdisciplinaridade, em diálogo constante entre as diferentes perspectivas teóricas e metodológicas das áreas de origem de seus pesquisadores: sociologia, política, demografia, direito, filosofia, história, antropologia, economia e geografia.

Presidente

Marcos Nobre

Diretor Científico

Raphael Neves

Diretora Administrativa

Graziela Castello



CEBRAP SUSTENTABILIDADE

ISSN 2764-1937

O Cebrap Sustentabilidade - Núcleo de Pesquisa e Análises sobre Meio ambiente, Desenvolvimento e Sustentabilidade, dedica-se à produção de conhecimentos voltados a favorecer formas inovadoras de tratamento do tema ambiental e que estejam sintonizadas com os principais avanços realizados pela comunidade científica nacional e internacional. Os estudos, eventos e publicações produzidos pelo núcleo se apoiam em rigor científico e excelência e pela busca em qualificar o debate público no Brasil, tendo como parceiros uma pluralidade de atores favoráveis a uma transição sustentável e inclusiva. Cinco temas concentram as pesquisas do Cebrap Sustentabilidade: Mudanças climáticas; Governança ambiental policêntrica; Biodiversidade, água, alimentos e energia; Cidades e regiões na transição para a sustentabilidade; Epistemologia da sustentabilidade.

Coordenador

Arilson Favareto

<https://cebrapsustentabilidade.org>

E-mail: sustentabilidade@cebrap.org.br

Cadernos Cebrap Sustentabilidade – Textos para Discussão - Working Papers

Publicação seriada que divulga resultados de estudos e pesquisas em desenvolvimento pelo Cebrap Sustentabilidade com o objetivo de fomentar o debate e oferecer subsídios à comunidade científica e aos tomadores de decisão públicos e privados atuando em temas ambientais e suas interfaces com a agenda econômica e política do país.

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade dos autores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista do Cebrap.

É permitida a reprodução deste texto e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.

A dinâmica do complexo de poder da soja e o acirramento dos conflitos territoriais nos cerrados brasileiros

Carlos Walter Porto-Gonçalves (Universidade Federal Fluminense)

Samuel Britto das Chagas (Comissão Pastoral da Terra)

Resumo

Este estudo trata das transformações socioambientais pelas quais passam os cerrados brasileiros em função da dinâmica sociogeográfica do complexo de poder que se organiza em torno do cultivo da soja. Caracteriza o que são os cerrados e suas zonas de tensão ecológica e as territorialidades que se forjaram nessa região e sua importância ecológica e cultural. Toma como referência empírica 1) a expansão do cultivo da soja no território brasileiro e a centralidade que as regiões dos cerrados têm nessa dinâmica, destacando as implicações sociais e ambientais que provocam e; 2) os conflitos que derivam dessa expansão.

Palavras-chave: soja, cerrados, complexo de poder, territórios, conflitos

Abstract

This study deals with the socio-environmental transformations that the Brazilian savannas are going through due to the socio-geographic dynamics of the power complex organised around soybeans' cultivation. It characterises what the cerrados are, their ecological tension zones, the territorialities forged in this region, and their ecological and cultural importance. It takes as an empirical reference 1) the expansion of soybean cultivation in Brazilian territory and the centrality that the cerrado regions have in this dynamic, highlighting the social and environmental implications that they cause and; 2) the conflicts that derive from this expansion.

Keywords: soy, cerrados, power complex, territories, conflicts

1. Introdução

O conflito territorial é da própria natureza das formações sociais coloniais, como a brasileira. Afinal, a conquista territorial implica, sempre, a invasão de territórios de outros grupos sociais/povos/etnias/nacionalidades cuja ocupação antecede a conquista/invasão. Ainda que a conquista colonial possa ser de natureza diferenciada¹, implica sempre desterritorializações

¹ Como a distinção entre colonização de exploração e colonização de povoamento, conforme Caio Prado Jr (Prado Jr, 1959).

de ocupantes originários, o que marca essas formações sociais por violências constitutivas na apropriação das condições metabólicas de produção/reprodução da vida (terra, água, vida-flora-fauna e à energia solar/fotossíntese)². Assim, a dimensão territorial de nossa formação social em sua conflitividade não pode ser deixada de lado para que possamos dar conta da dinâmica sociogeográfica da soja pelos cerrados brasileiros, considerando seus contornos diferenciados ao largo do tempo e do espaço. Assim, desde os primórdios, uma zona cinzenta entre o público e o privado se instaura entre nós e a grilagem de terras, ainda hoje amplamente praticada no país.

Ainda que com as especificidades da região dos cerrados, o que se passa nessas áreas está intimamente ligado à dinâmica da formação territorial do capitalismo e sua colonialidade no Brasil. Os cerrados são ocupados por grupos humanos há, no mínimo, 12 mil anos abrigando, desde então, uma grande variedade de povos originários e outros grupos sociais que vieram se juntar, desde o período colonial como as diversas formações camponesas, de aquilombados e de grandes fazendeiros, sobretudo criadores de gado, além de uma série de pequenas vilas e cidades que remanesceram de atividades mineradoras do ouro e pedras preciosas desde os séculos XVII e XVIII. Embora possamos identificar variadas formas sociais ao largo de toda a geografia dos 36% do território brasileiro dos cerrados e seus ecótonos, podemos afirmar que se plasmou sobre essa imensa área até 1960 quando, a partir de então, passaria por transformações sociogeográficas profundas, com a transferência da capital federal do Rio de Janeiro para Brasília, o que viria consagrar a Marcha para o Oeste iniciada na década de 1930.

Assim, desde os anos 1970 uma verdadeira geopolítica da soja passou a comandar a dinâmica socioespacial nos cerrados brasileiros. Considere-se que, à época, o Brasil vivia sob um regime ditatorial empresarial-militar cuja principal ideologia era “*integrar para não entregar*” com grandes obras com a participação de capitais de uma burguesia interna, sobretudo das grandes empresas de engenharia do ramo da construção civil que compartilhavam com os militares a ideologia do Brasil Grande e as grandes obras da integração nacional como, rodovias, grandes hidrelétricas, como as de Itaipu, de Tucuruí, de Furnas, Três Marias, Xingó e Sobradinho. Nesse período, as universidades, sobretudo na área de ciências agrárias, e as empresas de pesquisa agropecuária, financiadas com recursos públicos, via Embrapa,

² Trata-se, portanto, de algo que vai além do que se convencionou chamar de luta pela terra, ainda que a incorpore. Mas a terra será compreendida, aqui, enquanto o conjunto das condições metabólicas de produção/reprodução da vida.

tiveram papel relevante no melhoramento genético de cultivares de soja, e adaptação destas cultivares às condições edafoclimáticas dos cerrados.

O complexo de poder oligárquico/fundiário/financeiro/tecnológico/midiático que se organiza em torno da soja atualiza uma das mais profundas marcas da nossa formação social/territorial de larga duração, a saber, a concentração fundiária para produção de monoculturas de exportação, com tecnologias de ponta e com base em relações sociais e de poder profundamente assimétricas assentadas na colonialidade/racialidade.

Os cerrados, área que é o coração da expansão do complexo de poder da soja no Brasil, está localizado no interior do país, ao contrário de todos os grandes ciclos econômicos de formação social/territorial do país. Sua conexão aos mercados mundiais, sua *raison d'être*, implica chegar aos portos no Atlântico e, mais recentemente, vislumbra suas ligações com portos no oceano Pacífico, haja vista o deslocamento do centro metabólico da produção industrial mundial para a Ásia, em particular para a China, o que enseja uma complexa logística de longa distância, com seus grandes volumes de produção o que coloca as escalas, em suas diferentes dimensões, tanto de volume, como geográficas, em tensão permanente com outras escalas. E as escalas, sublinhemos, não são externas às relações sociais e de poder que as constituem e que por meio delas se realizam (Porto-Gonçalves, 2001). Assim, uma complexa geopolítica se estabelece através de tensões territoriais em torno da soja, como veremos ao longo desse estudo.

2. Dos cerrados e de suas riquezas³

2.1. Importância ecológica: resiliência que nos ensina

Os cerrados brasileiros reúnem a maior diversidade biológica entre todos os ecossistemas brasileiros (Mazzetto Silva, 2006). Essa informação surpreende, tão forte é o imaginário acerca dessas *‘árvores tortas de tão vastas extensões de terras vazias’*. Eis o imaginário dominante sobre os cerrados. Trata-se de um imaginário construído *sobre* os cerrados e não a partir dos cerrados, eis uma primeira questão a ser considerada. Poder-se-ia mesmo dizer que se trata de um imaginário dominante construído contra os cerrados e seus povos na medida em que, ao ignorar as populações dessas vastas regiões, se atualiza um dos principais mitos

³ Agradecimento aos agrônomos Marcelo do Egito e Alessandra Karla da Silva, do CEDAC – Centro de Desenvolvimento Agroecológico do Cerrado – por sua qualificada condução da Articulação dos Povos do Cerrado que proporcionou o encontro dos mais variados grupos sociais que habitam os cerrados. Esse artigo lança mão dos resultados da assessoria à Articulação dos Povos dos Cerrados e pesquisa que contou com apoio de CNPq.

da ideologia colonial – o do vazio demográfico – que mais não faz do que autorizar a ocupação, já que a região estaria vazia.

O destaque que se dá no Brasil à Mata Atlântica e à Floresta Amazônica revela que a problemática ambiental entre nós tem sido pautada muito mais pela agenda externa do que interna. Não que uma visão seja qualificada *a priori* simplesmente por ser de fora ou de dentro, mas sim que a visão externa acerca da questão ambiental tem predominado entre nós e, assim, marcada pela colonialidade. Só isso explica o esquecimento do Cerrado e da Caatinga e de seus povos, até porque a biomassa contida em um hectare de Cerrado e Caatinga, essa sim, é inferior ao daqueles ecossistemas e, conseqüentemente, menor é a quantidade de CO2 emitido pelas queimadas nessas áreas, uma das principais preocupações dos países ricos⁴.

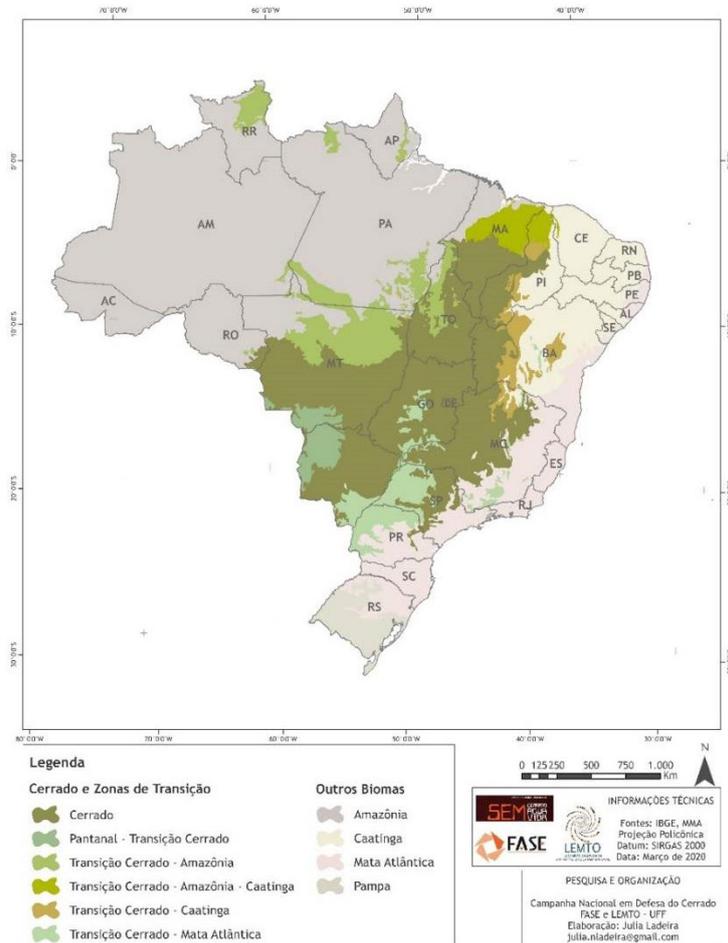
Nossa leitura dos cerrados e seus povos se deu a partir de pesquisa feita junto à Articulação dos Povos dos Cerrados e que nos colocou diante de um vasto conhecimento tecido por várias gerações à escala dos nichos, onde se dá a reprodução metabólica de vários grupos/classes sociais, etnias e povos⁵. O debate acerca dos cerrados quase sempre se apoia no conceito de bioma que, por sua vez, implica grandes extensões territoriais e, aqui, o que propomos junto com esses grupos/classes sociais, etnias e povos é uma leitura com implicações à escala dos biomas, mas que se inspira nos nichos onde se dá a reprodução material e cultural desses grupos.

A riquíssima diversidade dos cerrados brasileiros se deve, entre outras razões, à sua localização geográfica, posto que fazem contato com todos os outros grandes ecossistemas brasileiros: com a Floresta Amazônica, com a Caatinga, com a Mata Atlântica e com a Mata de Araucária (vide figura 1: Os cerrados e suas áreas de transição).

⁴ Assim, não só o Cerrado e a Caatinga ficaram de fora dos ecossistemas considerados como patrimônio nacional pela Constituição Federal de 1988, ao contrário do Pantanal, da Mata Atlântica e da Amazônia, como é muito mais difícil obter financiamento e apoio para garantir que toda a rica biodiversidade e todo o acervo de conhecimentos tecidos pelos povos que aí habitam, encontrem condições para se reproduzir e estabelecer um diálogo em melhores condições com a sociedade envolvente.

⁵ Essa leitura foi possível no trabalho realizado por Carlos Walter Porto-Gonçalves, pelo saudoso Carlos Eduardo Mazzetto Silva, por Marcelo do Egito e Alessandra Karla da Silva junto à Articulação dos Povos do Cerrado onde foram visitadas 146 comunidades em 70 municípios de 7 estados – MA, PI, TO, GO, MS, MT, BA e MG – em diálogo com Agricultores e Agricultoras Tradicionais, Agricultores e Agricultoras Familiares, Mulheres Quebradeiras de Coco Babaçu, Assentados e Assentadas, Vazanteiros e Vazanteiras, Geraizeiros e Geraizeiras, Quilombolas, Ribeirinhos e Ribeirinhas, assim como indígenas Terena, Guató, Guarani, Apinajé, Krahô (MG e BA), Gavião, Krikati, Timbira, Canela e Karajá.

Figura 1. Domínios do Cerrado e as zonas de transição



Fonte: IBGE (2000). Elaboração: FASE e LEMTO-UFF

Nossa leitura dos cerrados e seus povos se deu a partir de pesquisa feita junto à Articulação dos Povos dos Cerrados e que nos colocou diante de um vasto conhecimento tecido por várias gerações à escala dos nichos, onde se dá a reprodução metabólica de vários grupos/classes sociais, etnias e povos⁶. O debate acerca dos cerrados quase sempre se apoia no conceito de bioma que, por sua vez, implica grandes extensões territoriais e, aqui, o que propomos junto

⁶ Essa leitura foi possível no trabalho realizado por Carlos Walter Porto-Gonçalves, pelo saudoso Carlos Eduardo Mazzetto Silva, por Marcelo do Egito e Alessandra Karla da Silva junto à Articulação dos Povos do Cerrado onde foram visitadas 146 comunidades em 70 municípios de 7 estados – MA, PI, TO, GO, MS, MT, BA e MG – em diálogo com Agricultores e Agricultoras Tradicionais, Agricultores e Agricultoras Familiares, Mulheres Quebradeiras de Coco Babaçu, Assentados e Assentadas, Vazanteiros e Vazanteiras, Geraizeiros e Geraizeiras, Quilombolas, Ribeirinhos e Ribeirinhas, assim como indígenas Terena, Guatá, Guarani, Apinajé, Krahô (MG e BA), Gavião, Krikati, Timbira, Canela e Karajá.

com esses grupos/classes sociais, etnias e povos é uma leitura com implicações à escala dos biomas, mas que se inspira nos nichos onde se dá a reprodução material e cultural desses grupos.

Os cerrados brasileiros se constituem num ecossistema extremamente original, não só por sua estabilidade ao longo do tempo, pelas múltiplas paisagens que o conformam, com destaque para a diversidade de contatos já acima aludida, mas também pelo fato de que a partir de suas veredas, de seus vales, se formaram ricas florestas galerias e matas ciliares, sobretudo desde 12 mil anos até o presente. Registremos que a área definida como Cerrado oficialmente é de 23,8% do território brasileiro, enquanto a área considerada neste artigo é de aproximadamente 36% do território nacional, já que consideramos o Cerrado e suas áreas de transição (ecótonos). O critério fundamental que tomamos em conta foi o diálogo entre os saberes vernaculares dos grupos/classes sociais, etnias e povos dos cerrados com a literatura científica, em particular, com a obra de um dos maiores geógrafos brasileiros, Aziz Ab'Saber, com a produção técnico-científica do IBGE, sobretudo o Atlas Nacional do Brasil de 1992, e os mapas produzidos recentemente pelo MapBiomias.

2.2. Os povos dos cerrados seus modos de vida e suas territorialidades

A área nuclear do bioma Cerrado faz contato com diferentes formações ecossistêmicas e, como disse o indígena Anísio, do povo Guató do Pantanal mato-grossense, *“a natureza quando se encontra não subtrai, não se divide. Ela se multiplica. Ali a vida é mais”*. Ou, como uma camponesa de Mato Grosso, indagada sobre o tipo de solo que usava, nos disse que o solo *“era tipo pele de onça”* explicando, em seguida, que era um solo em manchas que ela usava para plantios diversos, segundo as manchas.

Assim, ali onde duas formações ecossistêmicas distintas se encontram, a natureza é mais complexa do que nas áreas típicas das formações que se encontraram. Enfim, essas regiões de contato (ecótonos, tensões ecológicas), das quais os cerrados, mais do que qualquer outro ecossistema brasileiro, são portadoras das maiores extensões, deveriam estar mais protegidas do que qualquer outra, até porque aí reside maior riqueza em complexidade de vida. As populações que vivem nestas áreas de tensão ecológica teceram seus mundos de vida em contato com essa rica biodiversidade detêm conhecimentos que são um patrimônio da humanidade e que se caracteriza justamente pela sutileza, pelo detalhe, um conhecimento mais adequado para essas áreas de alta complexidade como são os ecótonos.

Estes ambientes, por sua configuração ecológica, dão aos cerrados o título de Caixa d'Água do Brasil, pois os extensos e antiquíssimos chapadões sedimentados desde o paleozoico, com suas topografias planas, paisagem geomorfológica dominante nos Planaltos Centrais dos nossos cerrados, se constituem na mais importante área de recarga hídrica de todo o país, onde nascem importantes rios do Brasil e do continente sul-americano. As duas maiores extensões de terras continentais alagadas do planeta – o Pantanal Mato-Grossense e os “varjões” do Araguaia – têm sua dinâmica hidrológica relacionada aos cerrados e suas chapadas. Assim, se o Brasil é visto pelo mundo, cada vez mais, como o país de maior reserva hídrica do planeta, os cerrados têm, também por essa razão, uma importância ímpar.

Assim, um outro mito, também repetido *ad nauseam*, que ressalta a relação entre disponibilidade de água e a existência de florestas, cai por terra. Não que não exista essa relação, sublinhe-se. Todavia, é preciso considerar que a disponibilidade de água é mais complexa do que sugere essa relação unívoca com as florestas. As chapadas, diga-se de passagem, não têm proteção na legislação ambiental. Essas extensas chapadas dos cerrados, que representam até 80% do território deste bioma possuem uma dinâmica ecológica que motivara Guimarães Rosa, num fragmento do Grande Sertão: Veredas, a dizer que nos *geraes* “*Chove - e não encharca poça, não rola enxurrada, não produz lama: a chuva inteira se sorvete em minuto terra a fundo, feito um azeitinho entrador*”.

Esse fato limitou a prática agrícola nas grandes extensões das chapadas, sobretudo por parte de seus ocupantes tradicionais que, como em todo o mundo, seguiam a disponibilidade das águas superficiais posto que não tinham acesso às águas do subsolo⁷. Com isso, as chapadas são tradicionalmente usadas como terra de uso comum pelos camponeses para o extrativismo – caça e coleta, e para a criação de gado à solta. Daí terra generosa, terra de todo mundo, enfim, terra geral, *terras geraes*. Um só exemplo: grande parte dos remédios que curam a hipertensão de populações do mundo inteiro, que advém da rotina, substância química encontrada em maior proporção de uma espécie dos cerrados, a faveira, ou fava d'anta (*Dimorphandra mollis*), que é obtida nas chapadas por inúmeras famílias extrativistas que vivem dos Cerrados do Goiás, do Piauí, do Tocantins, de Minas Gerais e do Maranhão.

Uma compreensão mais holística e ecológica dos cerrados nos aponta claramente para a dependência das matas ciliares e das matas galerias da recarga hídrica em relação às

⁷ Até muito recentemente falávamos de águas superficiais, disponíveis nos rios, lagos e lagoas, e de águas subsuperficiais, o lençol freático, enfim, de águas ao alcance das mãos. Hoje falamos de aquíferos que não só caracterizam águas em estoque geológico a grande profundidade como, também, água ao alcance de poucos através de complexos equipamentos de captação de águas, indicando um aumento da injustiça ambiental.

chapadas. No entanto, contraditoriamente, mesmo diante da dependência das áreas de recargas das chapadas para a sua manutenção, pelo atual Código Florestal, são as matas ciliares e veredas, localizadas nas áreas de descargas hídricas que se encontram protegidas. É preciso ver o geossistema (Bertrand, 1971) como um todo e, para isso, ouvir os povos dos cerrados, com certeza, muito ajudaria.

Assim, é preciso superar toda legislação ambiental inspirada em paradigmas em crise, como o que caracteriza o pensamento eurocêntrico da ciência moderna, que separa natureza e cultura, e devemos ser capazes de reconhecer que toda essa riqueza chegou até nós através dos saberes de povos que conviveram longo tempo manejando essas chapadas e veredas, sendo essas as duas unidades da paisagem principais dos cerrados e que continuam sendo utilizados e manejados até os dias de hoje (Barbosa, 2002; Mazzetto Silva, 2006).

Há uma complementariedade consagrada pelas práticas camponesas nessas duas unidades da paisagem chapada-vereda que, desafortunadamente, vem sendo rompida nos últimos 30-40 anos com a invasão, de início das chapadas, pelos latifúndios capitalistas de monoculturas de exportação. Esses latifúndios monocultores de exportação fogem das terras acidentadas e mesmo suavemente onduladas, haja vista que o subir e o descer de seus tratores e máquinas aumentariam o consumo de combustível e, mais, 1) com seus pivôs centrais captam água em profundidade e, com isso; 2) limitam o uso das veredas, seja porque seus córregos, riachos, lagoas e *pantamos*⁸secam ou porque as águas chegam poluídas pelo intenso uso de agrotóxicos⁹ e; 3) mais recentemente, muitos empresários com suas monoculturas de exportação vêm cercando as veredas sob o domínio das comunidades tradicionais para efeito de cumprir a legislação ambiental declarando-as como áreas de preservação, o que vem sendo conhecido na Bahia como *grilagem verde*.

Enfim, vivemos nas regiões dos cerrados uma tensa e intensa conflitividade em que o avanço do complexo de poder que se organiza em torno da soja põe em risco territorialidades ancestrais, tradicionais, que nos legaram uma enorme riqueza cultural, em diversidade biológica e água, enfim, em vida e vida em abundância.

⁸ Conceito nativo que corresponde às áreas alagadas.

⁹ O povo Karajá, segundo sua cosmogonia é filho de Aruanã, deus que vem das águas. Nesse momento, os Karajás se encontram diante de um drama impensável nos marcos da racionalidade moderno-colonial hegemônica, haja vista que não mais confiam nos seus deuses que estão poluídos, conforme nos revelou um de seus filhos! Jamais poderíamos imaginar que os deuses poderiam ser poluídos, como o são as águas onde está Aruanã. Registre-se, ainda, a diminuição dos peixes amplamente sentida e verbalizada pelos camponeses, vazanteiros e ilhéus.

3. A dinâmica sociogeográfica do Complexo de Poder da Soja e suas contradições

O Brasil passou a viver, desde os anos 1990, um novo ciclo de acumulação de capital comandado por um novo produto primário exportador: o ciclo da soja. Em 1989, a soja correspondia a 22% da área total cultivada no país e, em 2019, essa proporção havia alcançado 44% da área total cultivada do país. Nesse período de 30 anos, a área cultivada do país aumentou em 44% enquanto a área cultivada com soja cresceu exponencialmente 193%.

No ano 2020, a produção brasileira de soja ultrapassou, pela primeira vez, a dos Estados Unidos (Favareto, et al., 2019). Esse novo ciclo de acumulação deve ser visto como parte de um novo período histórico de afirmação das oligarquias latifundiárias que encimam um bloco de poder que nos governa desde o início de nossa formação social/territorial, ainda que com especificidades. Do ponto de vista histórico, o plantio da soja cumpre um papel protagônico nesse novo período em função do exponencial crescimento da população urbana mundial e as mudanças que trouxe com a imposição, à escala global, de um regime alimentar corporativo em que os alimentos processados industrialmente e o consumo de carnes conformaram a agri+cultura no mundo em agro+negócio. A velocidade com que a soja se propagara pelo território brasileiro se explica em grande parte por essa aliança de classes nacional globalizada e global nacionalizada que se articula, no Brasil, a partir da ditadura empresarial militar que governou o país entre 1964 e 1985.

Com o golpe militar de 1964 e o advento do Estatuto da Terra, o até então criticado latifúndio por ser improdutivo deveria ser transformado em grandes áreas produtivas, o que se daria com a revolução verde e pelo *agribusiness*¹⁰. Ou seja, o latifúndio pelo Estatuto da Terra não era criticado por ser um latifúndio, mas por servir como fonte de poder, pois concentra ainda mais a riqueza que é potencializada com o desenvolvimento das forças produtivas. “*O Agro é tech*” se dirá mais tarde. A intensidade com que se deu, num curto espaço de tempo, a expansão da soja pela geografia do Brasil indica o poder ainda mais fortalecido desse bloco político que tem como base nas oligarquias latifundiárias que se reconfigurou com a ditadura e, desde então, se mantém. Não estranhemos, pois, que esse processo venha se dando com muita violência, devastação e conflito.

Algumas dimensões especificamente geográficas emprestarão características mais profundas a esse novo ciclo. De um lado, a posição geográfica das regiões em que a soja se expandirá

¹⁰ A este respeito ver a entrevista do Engenheiro Agrônomo/Florestal Sebastião Pinheiro. Disponível em: <https://www.redebrasilatual.com.br/cidadania/2018/01/o-agronegocio-transformou-se-em-algo-que-nao-e-mais-agricultura/>. Acesso em 06/06/2021, às 12h47.

pelo território brasileiro, a saber, os sertões tradicionalmente ocupados por outros grupos sociais nos cerrados do planalto central brasileiro; daí em direção à Amazônia e, desde 2010, em direção à região Nordeste do país, na região do Matopiba.

No caso da soja, dada a natureza da atividade agrícola e sua vinculação ao mercado mundial, sua expansão principalmente pelos interiores dos sertões dos cerrados como região base, implicava a necessidade de conexões de longa distância com os portos no litoral e, assim, de toda uma complexa logística sobretudo de transportes, portos e energia para o que se estabeleceu uma cumplicidade entre o poder público e o poder privado, em que o estado garantia as condições gerais de produção (financiamento, pesquisa, estradas, portos e energia) enquanto o poder privado cuidava das condições de produção dentro da porteira e da armazenagem (silos), além da comercialização com que se aliavam com as corporações multinacionais e suas *trades*.

Por outro lado, a atividade de criação de gado se deslocava para outras regiões, para os cerrados mais ao norte, para a Amazônia e para o nordeste reconfigurando a geografia social, econômica e ambiental do país. Não raro, a mesma *persona* das classes proprietárias desenvolve as mais diversas atividades nos diversos *fronts* geográficos do complexo de soja¹¹. A modernidade e a colonialidade se mostram as duas faces do mesmo processo.

Isso implica que o grande empresário monocultor, com seus latifúndios, se aproprie de uma extraordinária renda absoluta e diferencial da terra derivadas da topografia plana, da energia solar (fotossíntese) e da ampla disponibilidade de água. Afinal, essa estrutura latifundiária implica a concentração de acesso a uma terra plana formada por chapadas e chapadões. Isso torna essa agricultura empresarial praticamente sem concorrentes, sobretudo com relação a países de estrutura fundiária mais democratizada.

Em face da localização geograficamente interiorizada desse complexo de poder em torno da soja, a logística se torna uma variável fundamental para garantir a apropriação de uma maior renda da terra por localização. A isso chamam “custo Brasil”. Diga-se de passagem, esse “custo Brasil” elevado tem a ver com a estrutura de poder desigual, em que a mesma estrutura que torna possível esse modo de acumulação se reproduz através de uma injusta

¹¹ Em 2005 tivemos a oportunidade, em um trabalho de campo realizado no Mato Grosso, de entrevistar um fazendeiro/empresário que nos informara que estava em viagem ao Tocantins para vender cerca de suas mil cabeças de gado para pagar o prejuízo que naquele ano tivera com a soja que plantava em Goiás e que, naquele mesmo ano, ele só tivera lucro com as suas plantações de cana de açúcar em São Paulo. Recentemente, em 2021, os grileiros/madeireiros que estavam implicados na maior apreensão de madeira ilegal do país, em Rondônia, eram empresários do sul do país, de Santa Catarina. Portanto, não cabe uma leitura simplista que separa a violência da acumulação primitiva da outra forma de acumulação que seria civilizada.

relação social e de poder (Cavallet, 2008). Observemos o que se passou recentemente, no início de 2019, quando da preparação do leilão de concessão da Ferrovia Norte-Sul no trecho entre Uruaçu (GO) e Porto Nacional (TO). O Procurador do Ministério Público Júlio Marcelo questionou o porquê de não se incluir a oferta de trens regulares de passageiros pela concessionária. A proposta foi qualificada pelo Ministro de Infraestrutura, Tarcísio de Freitas, como “*quixotesca*” e “*sem cabimento*”.

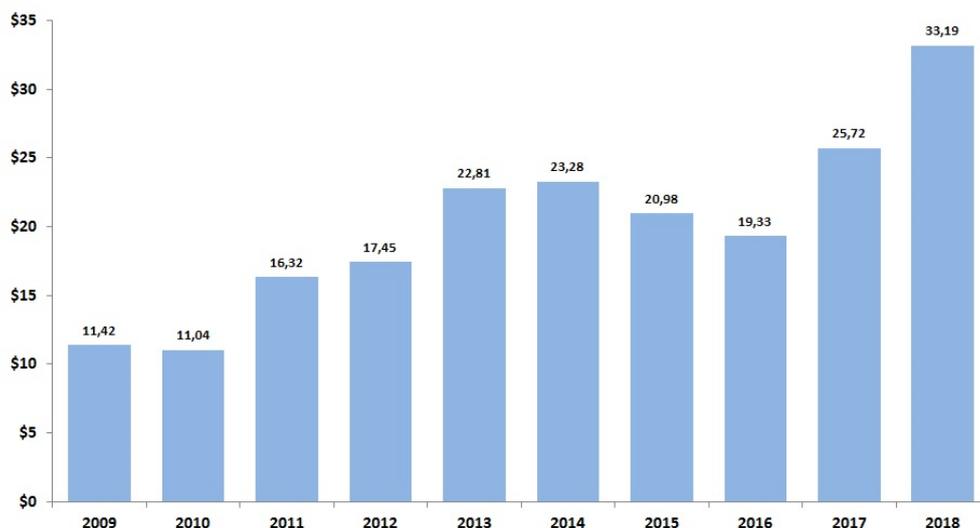
A cientista social Diana Aguiar comentou: “*Seria cômica, se não fosse trágica, a visão do ministro. É certamente representativa da postura elitista que pauta o planejamento público de infraestrutura do governo federal, alheia à existência de populações com necessidades distintas às do agronegócio exportador.*” (Aguiar, 2021).

Enfim, o histórico “exportar é o que importa” que vem desde o período colonial, reafirmado por esse *slogan* da época da ditadura (1964-1985) atualiza, em tempos formalmente democráticos, a mesma estrutura social e de poder. Há muito de continuidade na descontinuidade que conforma nossa formação social/territorial no seu movimento desigual e combinado na geografia do país.

Para o Complexo de Poder que se afirma na sociedade brasileira em torno do agro, sobretudo com a soja, os “negócios da China” passam a ter um significado material, haja vista que o país passa a ser o principal parceiro comercial do Brasil. O gráfico 1 e 2 mostram o crescente volume de exportação de soja para a China em relação aos EEUU no período entre 1997 e 2020¹². São profundas as implicações, no território brasileiro, do que esse processo veio significar para nossa sociedade.

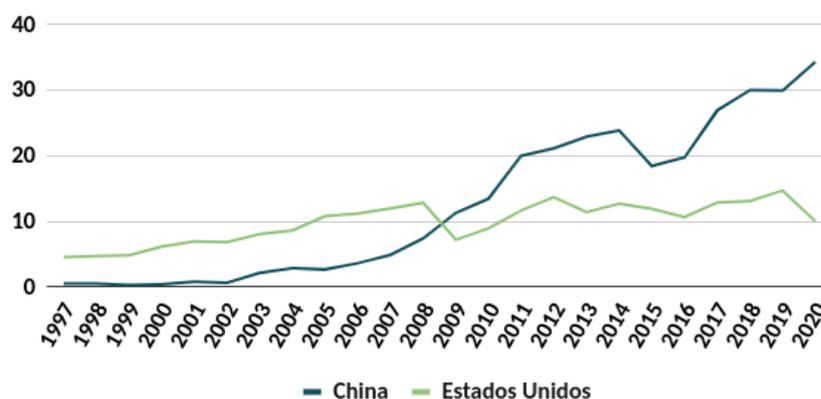
Gráfico 1. Evolução da receita sobre a venda de soja brasileira em bilhões US\$

¹² Disponível em: <https://www.ocafezinho.com/2020/07/06/exportacoes-brasileiras-para-china-batem-recorde-historico-no-1o-semester/>. Acesso em 07/06/2021 às 06h45.



Fonte: Dados do MDIC (adaptado por Farmnews)¹³

Gráfico 2. Exportações brasileiras para China e Estados Unidos (1997-2020), em bilhões de US\$



Fonte: Comexstat / Elaboração O Cafezinho.

A expansão da soja não é só a expansão de uma atividade agrícola, embora também o seja. É todo um complexo de poder que envolve múltiplas outras atividades, como a criação de gado, outros cultivos como o milho, o algodão e o girassol, a atividade mineradora, em especial a de fósforo, presente no fosfato, elemento essencial para a agricultura moderna, e toda a logística que envolve portos e aeroportos, estradas, ferrovias, transportes e comunicações e, pouco se diz, todo um modo de ser com outra subjetividade social, que se esconde atrás da ideia de modernização e de (levar) progresso. Com a soja e seu latifúndio monocultor caminha uma subjetividade proprietária que, entre nós, no Brasil é, sobretudo do grande

¹³ Disponível em: <http://www.farmnews.com.br/mercado/dados-historicos-da-exportacao-de-soja-do-brasil/>. Acesso em 07/06/2021 às 06h38.

proprietário, o que enseja um liberalismo conservador, conforme indica Barrington Moore (1973).

Entre nós, esse sujeito proprietário esteve e está fortemente associado à conquista do território, para o que o Estado, desde o período colonial, lhe destinou terras desde que tivesse cabedal, entenda-se, capital. Enfim, o homem de cabedal afirmava-se tornando a terra produtiva e, assim, afirma a conquista territorial. Dinheiro e poder, em que o poder privado e o poder (que deveria ser) público não se distinguem com clareza. Essa subjetividade proprietária, sobretudo, uma subjetividade masculina, conforma uma subjetividade da dominação e da conquista com toda a violência que conformam os *fronts*¹⁴ e são conformados por ele. Os espaços conquistados não são espaços vazios, nem tampouco eram espaços forjados com base na propriedade privada. Esse modo de expansão, *mutatis mutandis*, se reproduziu nos diferentes ciclos econômicos com que o complexo de poder capitalista colonial se afirmou no Brasil e que, desde os anos 1970, se atualiza em torno da soja.

Ao avançar pelo espaço, esse complexo de poder encontra campos e matas ocupadas por outros modos de vida e, assim, em nome do progresso e da civilização, desmata para retirar madeira, para plantar, para criar gado ou minerar implicou matar, desterritorializar.

5. De conflitos e de conflitividades¹⁵

Há um debate teórico-político entre estudiosos do agro brasileiro que pode ser resumido entre aqueles que destacam o *approach* tecnológico como o eixo fundamental do que consideram êxito desse modo de acumulação, secundarizando a importância da terra, enquanto condição de produção/reprodução. Esse debate, no fundo, implica admitir maior ou menor relevância à questão da reforma agrária nos destinos da sociedade brasileira. Para nós, não existiria essa antagonização na medida que as duas questões estão imbricadas e, mais, se reforçam reciprocamente e, assim, reforçam a relevância da questão da reforma agrária na exata medida em que o modo capitalista de desenvolvimento das forças produtivas no campo se reproduz com a reprodução ampliada da desigualdade na apropriação da terra.

¹⁴ *Front* é um conceito do campo militar e indica um espaço em disputa entre grupos sociais distintos. Geralmente, nos *fronts* se configuram conflitos de territorialidades, tensão territorial.

¹⁵ O conflito é um conceito que se funda num fenômeno empiricamente verificável inerente às relações sociais em suas múltiplas escalas, do cotidiano às relações geopolíticas entre estados. O conflito é a expressão das contradições se manifestando em estado prático. É um fenômeno essencial à política, à democracia, na medida em que indica possíveis caminhos distintos sobre as questões neles implicadas. É através das relações, que incluem os conflitos, que as identidades dos grupos sociais são forjadas (Oliveira, 1963; Thompson, 1996).

O complexo tecnológico¹⁶ que move esse modo de acumulação de capital do agro, sobretudo a escala de produção a que está associado, implica submeter processos metabólicos de escalas local/regional à escala global mundial com seus volumes que tencionam as escalas que submetem. É grande o capital inicial para que se lance mão do *approach* tecnológico necessário à produção voltada para essa escala, seja a escala enquanto volume, seja a escala geográfica¹⁷. Assim, são as grandes propriedades as que movem esse des-envolvimento. Em outras palavras, esse modo de produção/reprodução social se reproduz com a concentração fundiária e de poder.

Desde a derrota das Ligas Camponesas com a ditadura de 1964, que a população rural brasileira diminuiu em números absolutos, a grande propriedade latifundiária se reafirmou se aliando e internalizando capitais transnacionais, a área destinada ao cultivo de *commodities* se ampliou exponencialmente, as áreas de cultivo de bens salário (arroz, feijão e mandioca) despencaram, novas regiões foram incorporadas com muita violência contra camponeses, posseiros, quilombolas e povos indígenas, sobretudo nos cerrados e na Floresta Amazônica. Em 2019, nada menos que 53,31 milhões de hectares de terras estiveram envolvidos em conflitos no Brasil, segundo o Centro de Documentação Dom Tomas Balduino da CPT¹⁸. Isso implica que, em apenas um ano, 6,3% do total do território brasileiro foi objeto de conflitos, o que corresponde a uma área 67% maior que a da Alemanha (35,7 milhões de hectares) e pouco menor que o território da França (64,4 milhões de hectares).

A seguir analisaremos a dinâmica contraditória desse modo de acumulação através dos conflitos que engendra. O aumento da área cultivada com a soja e o milho, com a contribuição da cana de açúcar¹⁹ ocupam, hoje, muitas áreas antes destinadas à criação de gado (gráfico 3), atividade que, assim, tende a se deslocar em direção às regiões ditas de *fronteira*, que melhor seriam designadas como áreas de *front*.

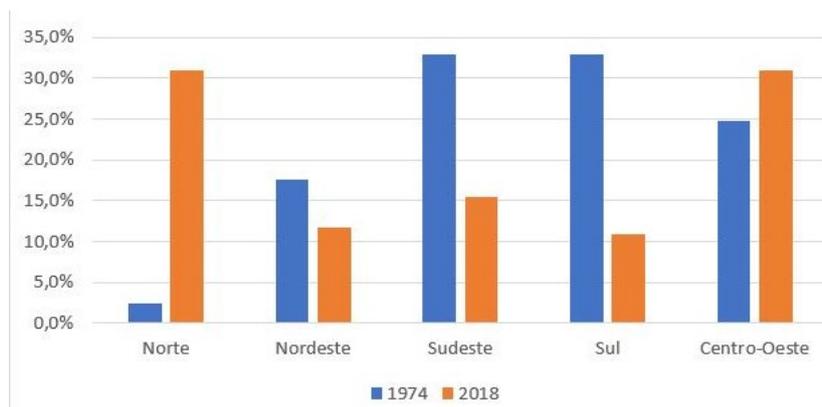
Gráfico 3. Distribuição de bovinos por região, em percentual (1974-2018)

¹⁶ Consideremos o avanço tecnológico e da informação como chamada de “revolução 4.0” que, em síntese, seria a 4ª fase da “revolução” (nas relações sociais e de poder por meio da tecnologia) “industrial”. Com essa expressão estamos querendo indicar que as relações técnicas não são externas às relações sociais e de poder. Ao contrário, são parte delas.

¹⁷ Alguns autores chegam a falar de “proprietários de áreas menores” tomando como referência áreas “inferiores a 10.000 hectares” (Favareto et al, 2019: 372).

¹⁸ Disponível em: <https://www.cptnacional.org.br/cedoc>. Acesso em 11/06/2021, às 15h35.

¹⁹ Em 2018, a área cultivada com essas três *commodities* representava nada mais nada menos que 78% de toda a área cultivada no país. De um ponto de vista estritamente geográfico, a cana de açúcar ocupa uma área cada vez mais concentrada em torno de São Paulo, Paraná, Triângulo Mineiro, Goiás e Mato Grosso do Sul, por toda a logística implicada não só na produção de açúcar, mas principalmente de etanol e seu mercado consumidor próximo aos grandes centros urbanos do país. No entanto, a ampliação do cultivo de cana de açúcar nos últimos 30 anos nessa área assinalada ocupou áreas antes destinadas à criação de gado que se deslocou para os novos *fronts* dos Cerrados e da Amazônia.



Fonte: PAM/IBGE, 2019. Elaboração: LEMTO-UFF

O rebanho nos cerrados de Mato Grosso, Tocantins e Maranhão que, em 1995, representava 66,1% do efetivo bovinos dos estados da Amazônia Legal, reduziu sua participação para 56,1%, enquanto o rebanho dos estados do Pará e de Rondônia cresceu de 28,1 % para 37,5% no mesmo período. As pastagens desses dois estados passaram de 20,3 % para 33,3 % do total das pastagens nos estados que compõem a Amazônia Legal. A pecuária, portanto, mantém-se como um significativo vetor de expansão criando novos *fronts*. Assim, como vimos, as regiões para onde a soja vêm se expandindo foram precedidas pela expansão da pecuária e, assim, se constituíam em zonas de tensão de territorialidades marcadas por conflitos com a afirmação da grande propriedade fundiária.

5.1. A dinâmica conflitiva no espaço e no tempo em dados

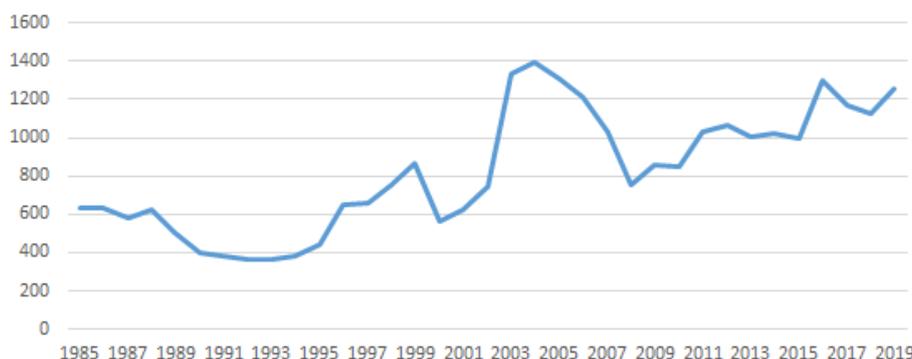
Desde 1985, quando começa a série histórica de registro de ocorrências de conflitos no campo no Brasil, podemos identificar dois grandes períodos: um primeiro, de 1985 a 2000/2002, e um segundo, de 2003 a 2019, como se vê no gráfico 4.

Ao longo de toda a série histórica de 1985 a 2019 observou-se uma média diária de 1,65 ocorrências de conflitos no primeiro período (1985-2000/2002) e de cerca de 2,8 ocorrências diárias de conflitos no segundo subperíodo (2003-2019). Entre 2003 e 2007, os conflitos chegaram a atingir a média de 3,6 ocorrências de conflitos diários, auge da incidência dos conflitos. Desde 2015, a média diária de conflitos volta a se aproximar dessa média alta, com cerca de 3,4 ocorrências diárias de conflitos por terra²⁰.

²⁰ A intensidade dos conflitos no campo, em que predominam amplamente os conflitos por terra, é inegável. Isso indica que há uma questão fundiária no Brasil na exata medida em que tantos conflitos se deem em torno da terra, questão que permanece em aberto com profundas implicações sociais e de poder na sociedade brasileira.

Entre as condições estruturais que possibilitam conflitos, se encontram a concentração fundiária e os distintos usos da terra²¹, cuja dinâmica é fortemente determinada pelos ciclos de acumulação em grande parte moldados pela dinâmica capitalista global em função do caráter periférico e dependente de nossa formação social/territorial. No entanto, essas condições estruturais são mediadas pelas condições políticas conjunturais que operam com relativa autonomia, ainda que sob aquelas condições estruturais, não as subestimemos.

Gráfico 4. Evolução da ocorrência de conflitos por terra no Brasil (1985-2019)



Fonte: Centro de Documentação Dom Thomas Balduino-CEDOC-CPT (LEMTO-UFF)

Num primeiro momento, tratava-se de uma conjuntura imediata à queda da ditadura militar (1964-1985) até a Constituinte de 1988. Ali uma gama significativa de movimentos sociais já vinha se organizando, como o MST e a CNS entidades fundadas em 1984, como também as classes proprietárias se organizaram, inclusive para fazer leilões de gado para comprarem armas, e enfrentar as ocupações que reivindicavam a reforma agrária, como foi o caso da UDR, fundada em 1985. A questão agrária voltou ao debate público²² como elemento determinante da conjuntura nacional – internacional.

O gráfico 5 abaixo refina os dados acima analisados sobre a evolução dos conflitos entre 1986 e 2018, agora com a análise dos conflitos no campo brasileiro segundo a iniciativa²³ dos diferentes grupos/classes sociais classificados segundo sua posição nas relações sociais e de

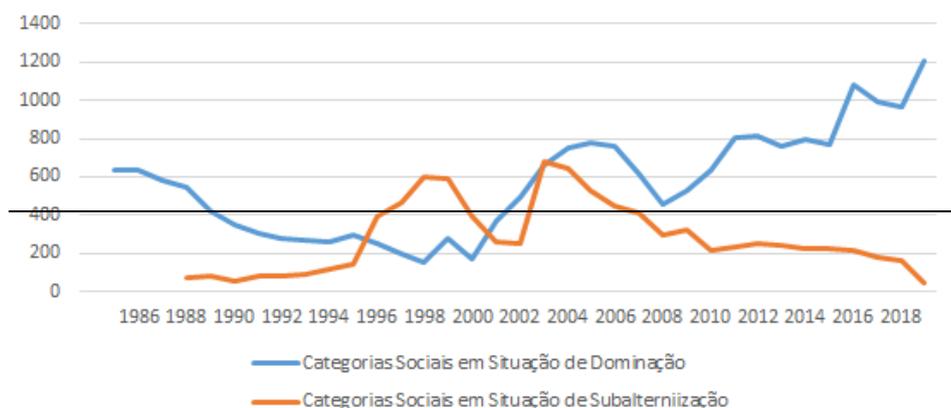
²¹ “Terra de trabalho” versus “terra de negócio”, na clássica distinção de José de Souza Martins (1980).

²² O que ensejou que as classes proprietárias desencadeassem ações de desmatamentos como uma tática para caracterizar que sendo terras desmatadas estavam em uso e, portanto, não eram terras improdutivas e, como tais, não poderiam ser desapropriadas para fins de reforma agrária, conforme determinava as leis então vigentes.

²³ Levemos a sério o significado que adquire o conceito de protagonista, palavra que vem do grego protos+agonistes que indica aquele ou aquela que luta para iniciar uma ação, segundo Pierre Bourdieu (1989). Princípios, até a Revolução Francesa, era prerrogativa do Príncipe, literalmente o que principia. E soberano, até ali, era o Rei e não havia homens e mulheres livres, mas sim, súditos, sequer sujeitos, esse outro conceito ambíguo (Lima, 2014). Hanna Arendt (2007) considera o fato de principiar uma ação a essência da política e foi preciso uma revolução para que o soberano deixasse o palácio e passasse às ruas.

poder, a saber: de um lado, os “*grupos/classes sociais em situação de dominação*” e, de outro lado, os “*grupos/classes sociais em situação de subalternização*”²⁴.

Gráfico 5. Evolução dos conflitos no campo no Brasil (1986-2018)



Fonte: Centro de Documentação Dom Tomás Balduino-CEDOC-CPT (LEMTO-UFF (2020))

Observando-se o gráfico²⁵, no primeiro período (1985-2000/2002) identificamos dois grandes subperíodos, a saber: entre 1985 e 1995 em que há o predomínio absoluto das ações violentas protagonizadas pelas classes sociais em situação de dominação (linha azul), ainda que em declínio ao longo desse subperíodo. A década de 1990 se inicia com uma profunda crise econômica do mundo agrário, década em que houve, até mesmo, diminuição da área cultivada no país, como identificamos ao longo da década de 1989-1999. Registrou-se, assim, uma significativa diminuição das ações protagonizadas por essas categorias sociais com a diminuição das iniciativas de expansão de terras e, assim, observou-se uma tendência de queda no número de conflitos por elas protagonizados, como se pode verificar no gráfico.

As iniciativas dos grupos/classes sociais em situação de subalternização já vinham crescendo desde 1988, ainda que lentamente até 1995 e 1996 quando têm uma forte inflexão para cima nas suas ações e, a partir de então, passam a crescer exponencialmente, até o ano 2000 (linha laranja). Os anos de 1996 e 2000, primeiro mandato de FHC, registram o maior número de

²⁴ Esses conceitos indicam o pressuposto teórico que abraçamos de que as sociedades conformam e são conformadas por relações sociais assimétricas, o que implica posições diferenciadas na topologia social que, dependendo das circunstâncias histórico-geográficas, se manifestam através de conflitos. Os registros realizados pelo Centro de Documentação Dom Thomas Balduino da CPT, embora não partam desses mesmos pressupostos teóricos, acabam por revelá-los quando registram entre as categorias sociais que mais protagonizam ações de violência (despejos, expulsões, assassinatos) sejam Fazendeiros, Empresários, Hidrelétricas, Mineradoras, Madeiros e Grileiros, categorias sociais proprietárias (ou pseudo proprietárias, no caso dos Grileiros). Dadas as posições que esses grupos sociais ocupam nas relações sociais e de poder as categorizamos como Grupos Sociais em Situação de Dominação. Por oposição aparecem os grupos sociais em situação de subalternização/opressão/exploração registrados pela CEDOC-CPT como Sem Terras, Assentados, Povos e Comunidades Tradicionais, entre elas os Povos Indígenas e Quilombolas e uma miríade de grupos sociais em posse real de uso comum da terra.

²⁵ O gráfico 5 foi elaborado a partir do número das ocorrências das ações de Violência contra a Ocupação e Posse, tal como Expulsões e Despejos efetivados ou resistidos, nesses casos registrados como Tentativas de Expulsão ou de Despejo. E, ainda, os registros de ocorrências protagonizadas pelas Ações dos Grupos Sociais em Situação de Subalternização/Opressão/Exploração como Ocupações e Retomadas de Terras e Territórios e Acampamentos.

demarcações de terras, inclusive de territórios indígenas, como resultado das pressões que vinham dos movimentos sociais.

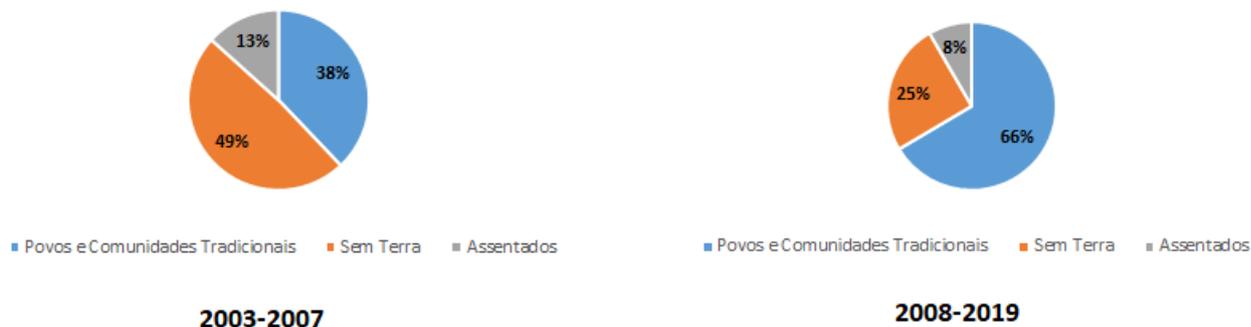
No entanto, o fim da década de 1990 já indica a retomada das exportações de *commodities* e o governo FHC protagonizará outras medidas, como tratar a questão fundiária com princípios de mercado (Banco da Terra e outras) e estimular as exportações de *commodities*, com a Lei Kandir. No ano 2000, o governo FHC, reconhecendo que tratar a questão fundiária com medidas de mercado não arrefecia a tensão no campo, toma a iniciativa de combater mais diretamente as ocupações de terra feitas pelos movimentos sociais, impedindo que as terras ocupadas pela ação dos movimentos fossem desapropriadas para fins de reforma agrária tornando-as indisponíveis para esse fim²⁶.

Observe-se no gráfico 6 que, apesar da retomada das ações protagonizadas pelos grupos sociais em situação de subalternização entre 2003 e 2007, a tendência geral, até 2019, é de queda vertiginosa das ações protagonizadas por esses grupos sociais. Entre 2003 e 2007 predominam entre as categorias sociais em situação de subalternização implicadas em conflitos os Sem Terras (49%) em proporção maior que as Populações Tradicionais (38%) e os Assentados (13%). Já no período subsequente, entre 2008 e 2019, as Populações Tradicionais dão um salto espetacular passando a 66% do total, caindo os Sem Terras para 25% e os Assentados para 8%. Tal tendência já havia sido observada pelo geógrafo Ariovaldo Umbelino de Oliveira (2011) em seu artigo “*Os posseiros voltam a assumir o protagonismo da luta camponesa pela terra no Brasil*”.

Gráfico 6. Conflitos por terra no Brasil, por categorias sociais (2003-2007/2008-2019)

²⁶ Entre 2000 e 2001, o Presidente FHC baixou duas Medidas Provisórias-MPs (MP 2.027-38 de 4/05/2000 e MP 2.109-52 de 24/05/2001) que atingiram a principal tática dos movimentos: ocupar terras juridicamente podres (terras griladas) para provocar sua desapropriação. Observe-se, entretanto, que a queda das ações dos grupos sociais em situação de subalternização, como efeito direto das medidas do governo FHC, não foi acompanhada pela queda na ocorrência de conflitos, ao contrário, as ações conflitivas protagonizadas pelos grupos sociais em situação de dominação passam a crescer desde então até o último ano de registro dessa série histórica, em 2019.

**Categorias sociais em situação de subalternização envolvidas
em ocorrências de conflitos por terra no Brasil**



Fonte: Centro de Documentação Dom Tomás Balduino-CEDOC-CPT (LEMTO-UFF)

Essa inversão é plena de significado pois caracteriza que entramos em um novo padrão de conflitividade, haja vista que quando há o predomínio dos Sem Terras implicados em conflitos estamos diante da busca pela terra desencadeada pelos que dela já foram expropriados e que ainda se referem à terra como horizonte de vida. Afinal, mesmo se identificando como “Sem ” indicam o que pleiteiam: “Terras”.

Já quando predominam as Populações Tradicionais entre os implicados em conflitos estamos diante de grupos sociais que, em geral, estão em posse real de uso da terra e estão sendo alvo de ações expropriatórias. Com a predominância desses grupos sociais entre os implicados em conflitos se configura uma situação de expansão/invasão dessas terras/territórios desencadeada pelos grupos sociais em situação de dominação que, nesse momento, têm no complexo de poder da soja, um dos protagonistas desta expansão/invasão.

Tomemos, agora, a análise das ações protagonizadas pelos grupos/classes sociais em situação de dominação, através das suas Ações de Despejos e Ações de Expulsão, ações essas que muitas vezes não se efetuem e, assim, são registradas como Ameaças. Em todo o período analisado tivemos o registro de 4.733 Ações de Despejo, uma média de 278 ações anuais, média essa ultrapassada em 9 dos 17 anos do período considerado (2003 a 2019). Quanto às Ações de Expulsões foram registradas 3.842 ao longo de todo o período, uma média anual de 226 ações anuais, média ultrapassada em 11 dos 17 anos do período considerado.

Observemos, entretanto, a diferença que os gráficos registram entre as Ações de Despejo (gráfico 7) e as Ações de Expulsão (gráfico 8)²⁷.

Gráfico 7. Despejos e ameaças no campo (2003-2019)

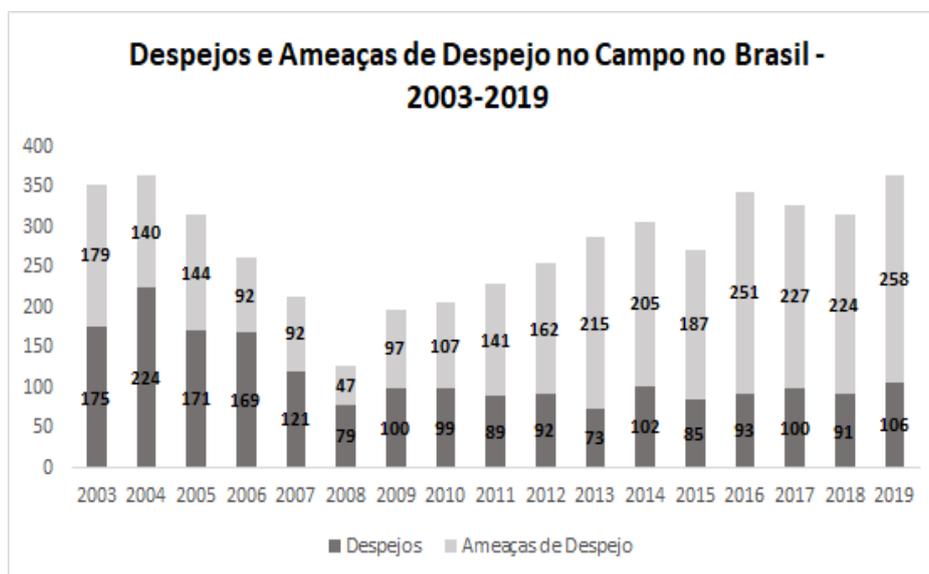
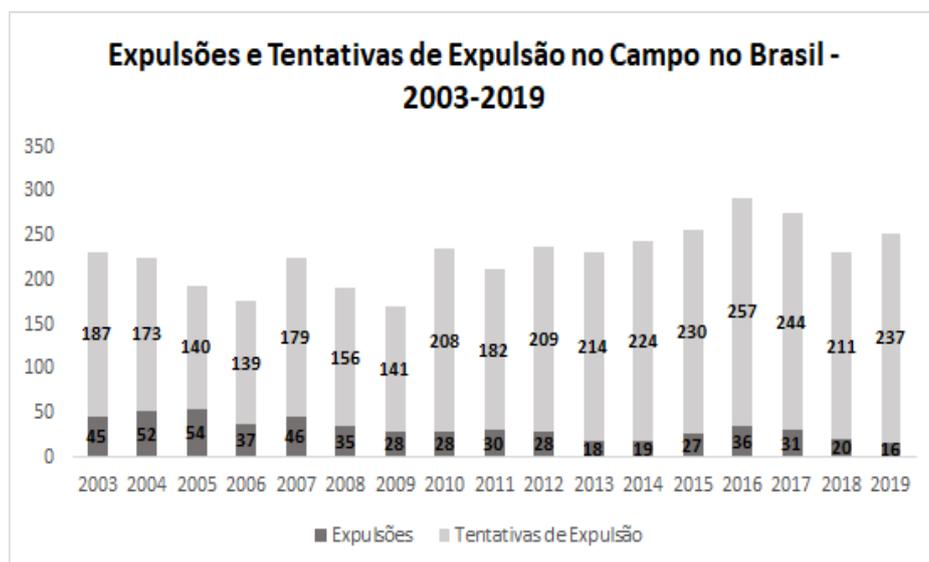


Gráfico 8. Expulsões e tentativas no campo (2003-2019)



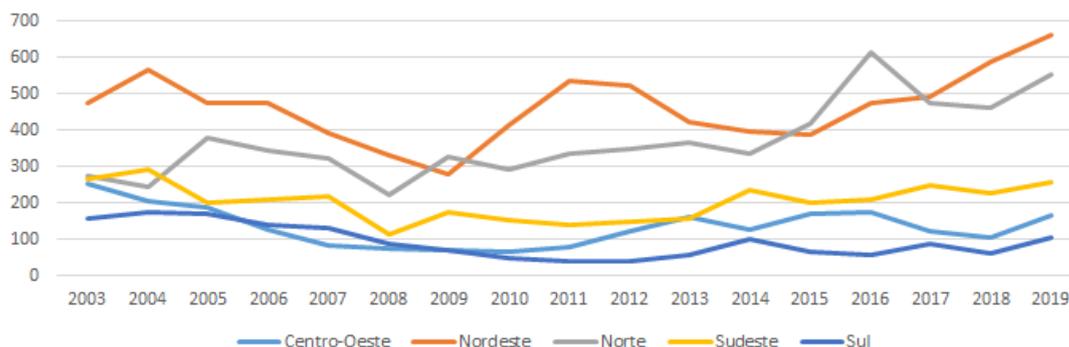
Fonte: Centro de Documentação Dom Tomás Balduino-CEDOC-CPT (LEMTO-UFF)

Observemos as ocorrências de despejos e ameaças por regiões no Brasil entre 2003 e 2019 (gráfico 9). Em que pese o aumento das ocorrências de conflitos no Brasil entre 2003 e 2004

²⁷ As Ações de Despejo ou de Expulsões são registradas como tais quando se efetivam. Os registros como Ameaças são aquelas Ações que não se concretizaram. No caso das Ações de Despejo, elas são repelidas pela ação legal e/ou pela mobilização dos grupos sociais em situação de subalternização. No caso das Ações de Expulsão, são repelidas sobretudo pelo enfrentamento direto ao Poder Privado, fugas e autoproteção. Enfim, esses registros indicam que há uma resistência significativa às ações de despejo e expulsões que expressam também resistências na medida em que muitas dessas ações se fazem para afirmar determinados modos de vida já existentes.

nas regiões Nordeste e Sudeste, e até 2005, na região Norte, há, em todas as regiões do país, uma tendência de queda dos conflitos até o ano 2008. Entretanto, a partir de 2009 essa tendência se inverte quando passamos a ter um aumento sustentado das ocorrências de conflitos no campo brasileiro, ainda que com certo atraso nas duas regiões de maior protagonismo da soja, as regiões Centro Oeste e Sul.

Gráfico 9. Conflitos registrados por macrorregião no Brasil (2003-2019)



Fonte: Centro de Documentação Dom Tomás Balduino-CEDOC-CPT (LEMTO-UFF (2020))

Sustentamos, enfim, que um novo padrão de conflitividade se instaura desde então para o que foi decisivo o aumento da demanda por terra (água e subsolo, minérios) por parte do complexo de poder que se organiza em torno da soja em que os cerrados serão o palco privilegiado como veremos a seguir.

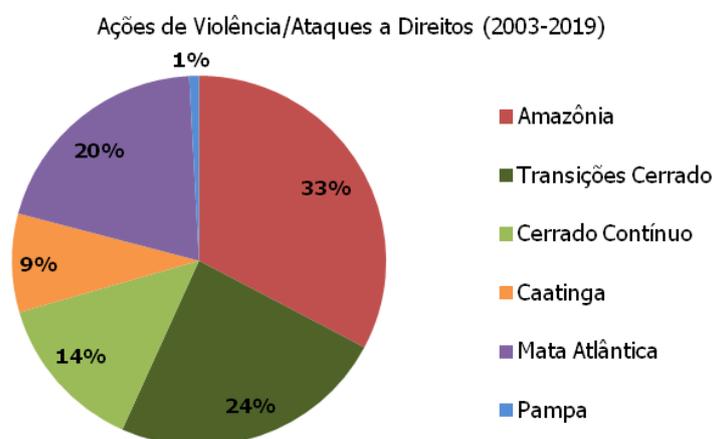
5.2. Os conflitos nos cerrados e suas áreas de transição

Quando consideramos os conflitos e sua distribuição pelos biomas podemos observar que 38% das localidades que registraram conflitos no campo eram áreas de cerrados (24%) e suas áreas de transição (14%) (gráfico 10). Quando consideramos as localidades com conflitos nos cerrados e suas zonas de transição entre 2003 e 2019 chama a atenção o predomínio nas áreas de cerrados contínuo (a região Centro Oeste como um todo, praticamente) em todo o período considerado, com exceção dos anos entre 2010 e 2013 em que as localidades da Zona dos Cocais (entre o MA e o PI, transição Cerrado-Amazônia-Caatinga) ganharam proeminência, situação que permanece nos anos subsequentes, ainda que a os cerrados contínuos ganhassem destaque de 2015 em diante.

Como se pode verificar no registro do gráfico abaixo, mesmo na área mais consolidada pelo complexo de poder da soja, o número de localidades em conflito por terra aumenta, assim

como novos *fronts* são abertos como os números registram e não só na Zona dos Cocais (Maranhão), mas também na transição Cerrado-Amazônia (Arco do Desmatamento) e, mais recentemente, na transição Cerrado-Caatinga (BA e PI) e Cerrado-Pantanal.

Gráfico 10. Conflitos por terra no Brasil por biomas (2003-2019)



Fonte: Centro de Documentação Dom Tomás Balduino-CEDOC-CPT (LEMTO-UFF)

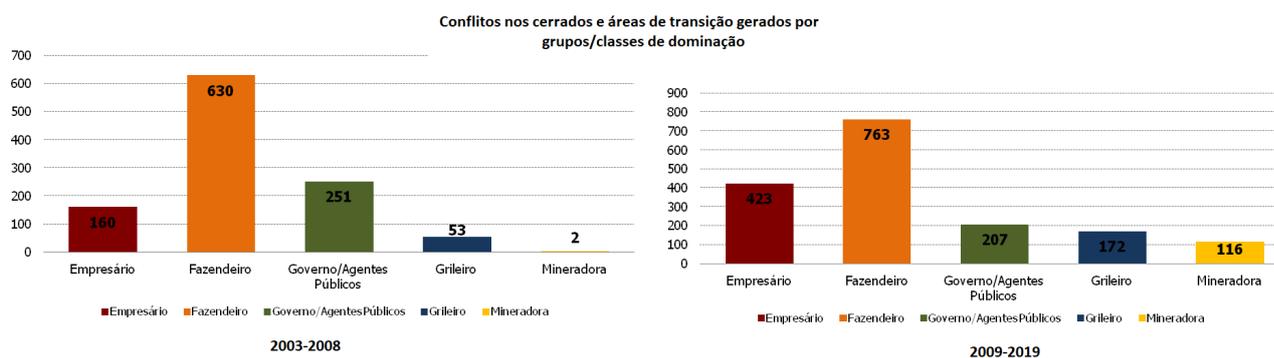
5.3. Quem são os implicados em conflitos por terra na região dos cerrados e suas áreas de transição?

Avaliamos quais são os grupos/classes sociais implicados nesse conflitivo processo de desenvolvimento²⁸ nos cerrados e seus ecótonos. Começamos pelas categorias em situação de dominação. No período considerado (2003-2019) foram registradas 2.898 ocorrências de conflitos protagonizados por Fazendeiros, Empresários, Grileiros, Mineradoras e Agentes Públicos (gráfico 11). Chama a atenção o crescimento espetacular das localidades em que as Mineradoras estiveram implicadas em conflitos de um período para o outro: da média anual de 0,5 localidade no primeiro subperíodo passou-se a 10,5 localidades no segundo subperíodo (mais de 20 vezes entre os subperíodos analisados); dos Grileiros, com um crescimento de mais de 76% na média anual de localidades em que estiveram protagonizando conflitos. No caso dos Fazendeiros e Empresários, as localidades em que estiveram presentes em ações conflitivas a média anual diminuiu em 18,2%, ainda que Fazendeiros e Empresários

²⁸ Permitam-nos o leitor esse neologismo. Trata-se de um recurso linguístico que objetiva gerar algum espanto sobre uma noção profundamente enraizada no magma de significações imaginárias (Castoriadis, 1982) da sociedade ocidental: a noção de desenvolvimento. A inspiração para esse recurso está em Sócrates, que dizia ser o espanto a fonte da filosofia. Afinal, desenvolver pode ser também tirar o que envolve algo, como desenrolar (que é o sentido da palavra em espanhol: desarrollar). De um certo ponto de vista, todos os povos e regiões têm seu desenvolvimento próprio, porém a ideia de desenvolvimento que se impõe ao mundo tem a medida dos organismos internacionais fortemente dominadas por valores ocidentais, *eeurocêntricos*. Sendo assim, para os povos e regiões não-ocidentais, desenvolvimento tem sido quase sempre a quebra de seu envolvimento próprio (des-envolvimento). O sociólogo boliviano René Zavaleta Mercado chamou esse modo próprio de ser das sociedades de “forma primordial”.

continuam presentes em mais de 65,8 % das localidades em que protagonizaram ações conflitivas. Paradoxalmente, destaca-se a diminuição das localidades com ações dos Agentes Públicos, com uma queda de 55% na média anual em que estiveram implicados. Sublinhemos: o aumento das ações violentas protagonizadas por categorias sociais para quem a terra-água é objeto de negócio, não é acompanhado por ações do estado para conter essa violência protagonizada pelo poder privado.

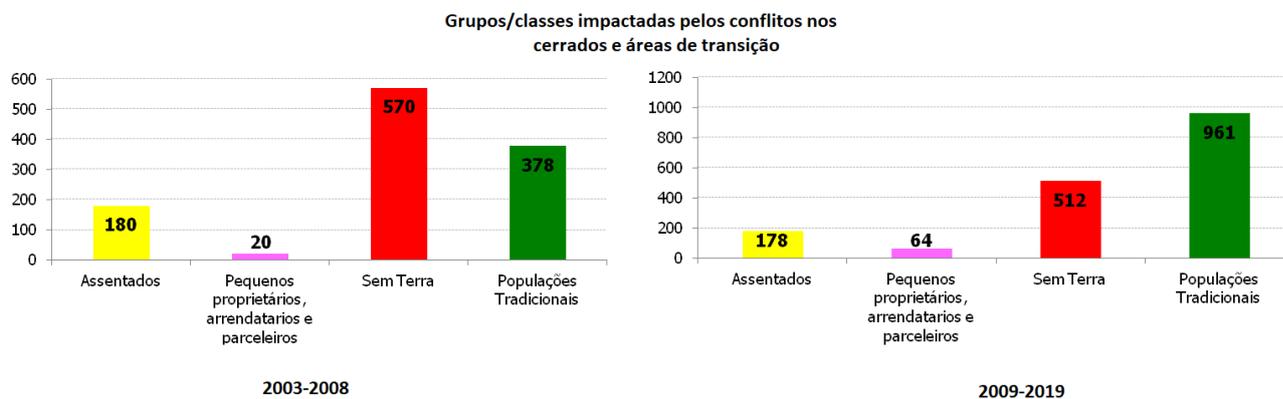
Gráfico 11. Grupos/classes em situação de dominação implicados em conflitos por terra nos cerrados e áreas de transição (2003-2008/2009-2019)



Fonte: Centro de Documentação Dom Tomas Balduino-CEDOC-CPT (LEMTO-UFF)

Quanto às categorias sociais em situação de subalternização merece destaque o aumento espetacular, de 154% entre os dois períodos, do número de localidades em que as Populações Tradicionais estiveram implicadas (gráfico 12). Já no caso de Assentados, os números praticamente se mantiveram os mesmos entre os dois períodos. Mas, nas localidades em que os Pequenos Proprietários, Parceiros e Arrendatários estiveram implicados esse número aumentou mais de três vezes. Já no caso dos Sem Terras o número de implicados caiu 11,9%. Em outras palavras, esses registros indicam que está em curso um processo de desterritorialização intenso. Nota-se a diminuição significativa da média anual das localidades cujas ações de agentes públicos se fizeram presentes, com queda de 55% entre os dois subperíodos, quando a média anual das localidades em conflitos diminuiria apenas 10,9%.

Gráfico 12. Grupos/classes em situação de subalternização Implicados em conflitos por terra nos cerrados e em áreas de transição (2003-2008/2009-2019)



Fonte: Centro de Documentação Dom Tomas Balduino-CEDOC-CPT (LEMTO-UFF)

5.4. Conflitos por água e terra no Brasil

Os conflitos em torno da água vêm ganhando destaque nos últimos anos em função sobretudo da ação de grupos corporativos que vêm oportunidades de negócios que, por sua vez, derivam da maior demanda por mais esse elemento finito seja pelas atividades agrícolas, minerais, de abastecimento urbano e industrial. Assim, grupos sociais que ao longo da aventura humana no planeta se forjaram em torno do uso das águas superficiais ao longo de rios, lagos e oásis se veem ameaçados. Para esses grupos, em particular, a água não é um elemento separado da terra e da vida, mas sim parte das condições de reprodução metabólica da vida.

É o que podemos observar quando acompanhamos os conflitos no campo brasileiro em particular quando olhamos mais de perto o que se passa nos cerrados, sobretudo nesse novo ciclo de produção que vem dominando a região com destaque para o complexo de poder que tem a soja como produto-chave. Mais uma vez aproveitamos dos registros do Centro de Documentação Dom Tomás Balduino-CEDOC, da CPT, que desde 2002 vem registrando os conflitos no campo que envolvem a água²⁹.

É isso que observamos quando da construção de uma barragem que gera conflitos fundiários ao alagar terras de ribeirinhos, de indígenas, de pescadores e de outros grupos sociais; ou quando uma mineradora demanda água numa proporção tal que altera a circulação à escala

²⁹ Tradicionalmente, no debate da questão agrária, a terra era compreendida em uma de suas dimensões, qual seja, aquela que diz respeito à sua extensão e o que, então, se visava com o debate da questão da reforma agrária era a concentração da terra em poucas mãos, o que implicava concentração de poder, o que fez/faz do latifúndio um conceito teórico-político central. Essa questão permanece como um tema central no debate agrário, entretanto, ganha uma outra dimensão, mais complexa e profunda, quando nela comparece o tema da água e outros que a partir daí se ilumina.

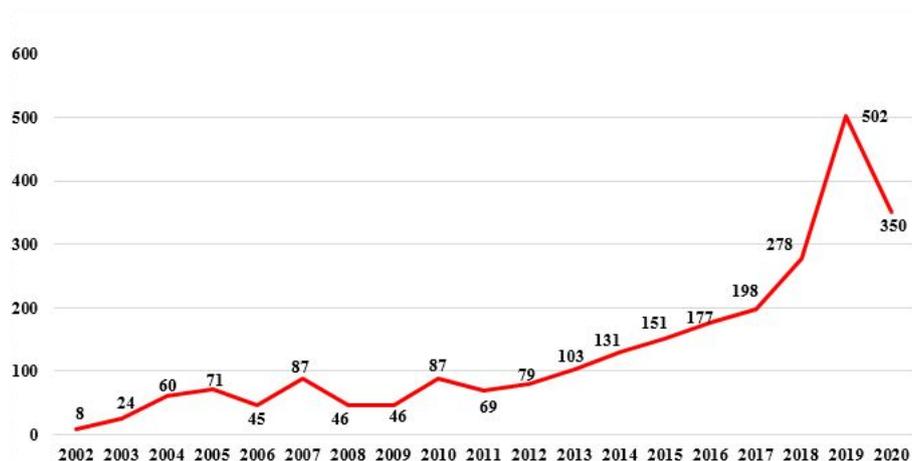
local com que tradicionalmente vários grupos sociais faziam seu uso; ou quando substâncias químicas, como o glifosato, por exemplo, são lançadas para garantir a sobrevivência de sementes adrede preparadas e que poluem as águas tornando-as inservíveis para o consumo humano e demais animais. Estamos longe de conflitos simplesmente por água, mas sim de conflitos de outra natureza, tradicionalmente enfatizada no debate da questão da reforma agrária, da questão ambiental e, ao mesmo tempo, a questão cultural haja vista implicar horizontes de sentido para a vida diferentes territorialidades.

Nas análises feitas até aqui, a questão da água adquire centralidade em toda a região dos cerrados, pois esse domínio biogeográfico e cultural abrange uma área de onde emanam as principais bacias hidrográficas brasileiras, como vimos. Acrescente-se que sob as regiões dos Cerrados se encontra grande parte da área do Aquífero Guarani e outros, tais como, Cuiabá, Baurú-Caiuá, Cristalino Centro, Cristalino Sudoeste, Urucuaia-Areado, Bambuí, Cabeças e Poti-Piauí. Além disso, como antecipamos, a dinâmica hidrológica de seus rios condicionada pela geomorfologia nessa região ensejou condições criativamente traduzidas em práticas de usos da terra que consagraram duas unidades da paisagem em complementariedade e reciprocidade: os “Grandes Sertões” e as “Veredas”, tal como Guimarães Rosa traduziu “os gerais” e os “baixões” da linguagem e das práticas vernaculares dos povos dos cerrados.

Desde 2002 até 2020 (gráfico 13) foram registrados no Brasil 2.039 conflitos por terra envolvendo a água. De 2002 a 2012, a média anual de conflitos por água foi de 61 e, de 2013 a 2019, subiu para 220 conflitos anuais envolvendo água: um aumento de 260%³⁰.

Gráfico 13. Os conflitos por água no Brasil (2002-2020)

³⁰ À escala nacional esse aumento foi impactado pelos eventos de Mariana, em 2015 e de Brumadinho em 2019, como acusam o aumento espetacular desses conflitos na região Sudeste em relação aos anos que antecederam esses eventos, 2014 e 2018, respectivamente. E, no caso da região Nordeste, o salto espetacular de 2019 em relação a 2018 foi impactado pelo derrame de óleo no litoral, até hoje de causa não devidamente esclarecida, que também atingiu o litoral dos estados do Espírito Santo, Rio de Janeiro e São Paulo.



Fonte: Centro de Documentação Dom Tomas Balduino-CEDOC-CPT (LEMTO-UFF)

Quando consideramos as categorias sociais em situação de dominação implicadas nesses conflitos por água-terra no Brasil chama a atenção a proporção com que se destacam as Mineradoras (internacionais e nacionais) participando com 43,4% de todos os conflitos dessa modalidade. Em segundo lugar, aparecem os Fazendeiros e Empresários que estão implicados em 33,1% desses conflitos. As Hidrelétricas vêm logo a seguir e contribuem com expressivos 17,9% do total de conflitos por água-terra em todo o território nacional (tabela 1).

Tabela 1. Categorias em situação de dominação em conflitos por água no Brasil (2011-2020)

Categorias	Brasil	%
Mineradoras	885	43,4 %
Hidrelétricas	365	17,9 %
Estado	183	9,0 %
Fazendeiros	140	6,9 %
Empresários	441	26,2 %
Outros	18	1,1 %
Total	2039	100 %

Fonte: Centro de Documentação Dom Tomas Balduino-CEDOC-CPT (LEMTO-UFF)

A análise que emana das categorias sociais segundo sua posição nas relações sociais e de poder implicadas em conflitos por terra-água revelam com clareza os processos socioterritoriais que essas categorias protagonizam. Antes de tudo, a prevalência das Mineradoras, com a primazia das internacionais, com uma participação maior que a de Empresários e Fazendeiros somados, revela o caráter periférico-dependente da economia

brasileira, não só com as exportações agrícolas, mas também de minérios. Há uma sinergia perversa em que a energia gerada a partir das hidrelétricas tem sido essencial à transformação da matéria na mineração e na frigorificação dos grãos e carnes.

Várias são as ocorrências de conflitos por água-terra que vêm se dando ao longo da FIOLE – Ferrovia de Integração Leste Oeste – que, diga-se de passagem, viabilizou o complexo sojeiro com as exportações de minérios³¹.

É importante destacar, ainda, os estados do Pará, com 9,6% do total de conflitos envolvendo água em todo o país, e o de Rondônia, com 4,2%. No entanto, quando se analisa com mais detalhes o número de conflitos por água-terra protagonizados por Hidrelétricas não são as grandes barragens que se destacam, mas as inúmeras PCHs – Pequenas Centrais Hidrelétricas – que não chamam tanta atenção porque diluem no espaço os conflitos gerados pela geração hidrelétrica.

A terra-água está sendo apropriada/usada por Empresários e de Fazendeiros para fins de negócio e não como terra de trabalho (Martins, 1980). A identidade de Empresários vem, cada vez mais, se sobressaindo nos conflitos no campo e substituindo a categoria de Fazendeiro, o que indica uma perda de um *ethos* rural entre os setores hoje dominantes no mundo rural. Esse fato seria um indicador da industrialização da agricultura que subjaz a todo o complexo de poder que se organiza em torno das monoculturas, seja de soja ou de criação de animais. Esse fato vem acompanhado por uma ideologia, Empreendedorismo, que vem substituindo/assimilando a velha identidade de Fazendeiros. Entretanto, mantém o mesmo caráter colonial ao invocar seu pioneirismo contra as populações locais em nome de serem portadores do progresso e do desenvolvimento, enfim, da civilização. Trata-se de uma continuidade, ainda que com especificidades, de uma característica estruturante da formação territorial da sociedade brasileira onde a iniciativa privada, com as terras (latifúndios) inicialmente concedidas em sesmarias pelo Estado, ao afirmar seu interesse próprio, o lucro, estava investida de um objetivo do estado colonial de conquista do território. A lógica capitalista e a lógica territorialista (Arrighi, 1995), são protagonizadas pela mesma *persona* sociológica, o que nos ajuda a entender o caráter violento que acompanha nossa formação territorial, onde a prerrogativa do monopólio da violência pelo estado é transferida ao poder privado, poder de facto ambiguamente investido do poder de jure.

³¹ O município de Caetitê, em particular a Comunidade de Joao Barroca, na Bahia, vem sendo particularmente afetada por conflitos por terra e água. Não desconsideremos a sinergia da dinâmica estrutural periférico-dependente em que as exportações dos produtos do agro se viabilizam por meio da atividade minerária.

O “capitão do mato” expressa bem essa tradição permanentemente atualizada que, no passado autorizava a guerra justa com o direito de matar, o que nos faz lembrar a clássica distinção feita por Franz Fanon (1968) entre o mundo do ser e o mundo do não-ser. Hoje, a presença de garimpeiros, madeireiros e grileiros em áreas públicas, como áreas indígenas, quilombolas, de pescadores e ribeirinhos entre outros, além de UCs vem sendo estimulada pela persona do desbravador, o velho/atual capitão do mato. Esse ethos pioneiro e conquistador, tipicamente colonial, patriarcal, está presente nesse processo que se intitula moderno entre os que se reivindicam como Empresários, rigorosamente colonizando os *fronts* de expansão/invasão territorial, seja nos cerrados do Brasil Central ou nas áreas de transição dos cerrados na Amazônia, na Zona dos Cocais e na Caatinga (Piauí e Bahia).

Essa energia concentrada, inerente aos processos produtivos extrativos minerais e/ou industriais, inclusive quando dominam a agricultura e a criação de animais (frigoríficos), implicam alto consumo e contaminação de água, seja no próprio processo produtivo, seja nos descartes da matéria desagregada sob a forma de poluição-lixo-estéril (entropia). Com isso, processos negentrópicos³², autopoéticos³³, como os implicados no metabolismo da vida, são substituídos por processos entrópicos que dissipam/desagregam matéria e energia e, assim, transformam radicalmente territórios de vida e cultura de povos e comunidades.

É o que se destaca quando analisamos as categorias sociais em situação de subalternização implicadas nos conflitos por terra envolvendo a água. Saltou à vista o predomínio absolutíssimo das Populações Tradicionais, com 75,2% do total entre as categorias em situação de subalternização. E em todas as regiões brasileiras como se pode verificar no gráfico 15.

Vimos que, no Brasil, foram registradas 2039 ocorrências de conflitos por terra envolvendo a água. Destas ocorrências, 411 delas se deram na região dos cerrados e suas áreas de transição, ou seja, 20,2% do total. Ao contrário do predomínio das Mineradoras nos conflitos por água-terra no Brasil (43,4%), nas regiões com cerrados essa proporção cai para 24% e, embora implique aproximadamente $\frac{1}{4}$ do total das categorias implicadas em conflito, perde a primazia para os Fazendeiros (26,3%) + Empresários (11,4%) que, juntas, perfazem 37,7%

³² Neguentropia é um conceito caro aos biólogos que significa o grau de ordem e de previsibilidade existente num sistema sendo o elemento negentrópico aquele que contribui para o equilíbrio e para o desenvolvimento organizacional. É o contrário de entropia.

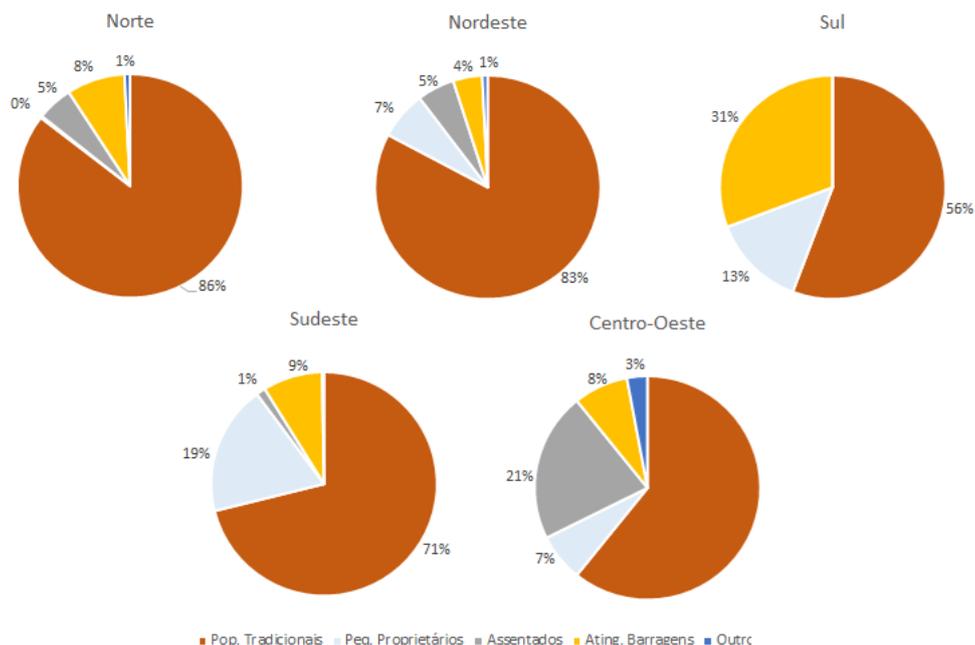
³³ Autopoiese deriva do grego *autopoiesis*: de *autós* (por si próprio) e *poiesis* (criação, produção). Seu significado literal é autoprodução. Os sistemas vivos produzem, e reproduzem, a sua própria organização circular por meio de seus próprios componentes. Trata-se de uma formulação de dois biólogos-filósofos chilenos Humberto Maturana e Francisco Varela.

das categorias sociais em situação de dominação que protagonizam conflitos em que a água está envolvida.

Na região dos cerrados e suas áreas de transição entre as categorias sociais em situação de dominação se destacam as Hidrelétricas com 30% do total das ocorrências de conflitos por água-terra e, assim, isoladamente ultrapassam os Empresários e Fazendeiros considerados separadamente. Toda uma região de cerrados e áreas de transição que se estende Norte de Minas passa pelo oeste da Bahia até o Sul do Piauí registra conflitos protagonizados por PCHs.

Os conflitos por água-terra têm relação com a intensificação da exploração da terra com as novas relações sociais e de poder por meio das tecnologias, com as PCHs, com a construção de piscinões para aprovisionar água em grandes proporções para fins de irrigação, com o uso dos pivôs centrais que captam água a centenas de metros de profundidade, sobretudo nas regiões dos cerrados de Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Tocantins, sul do Maranhão e do Piauí e no oeste da Bahia. Assim, as duas unidades da paisagem que caracterizavam o uso tradicional das terras nessas áreas dos cerrados: 1) as chapadas, onde se fazia o uso comum (gerais) das terras para a criação de gado, para extrativismo de mais de uma centena de plantas comestíveis, plantas ornamentais, aromáticas e medicinais, e 2) as veredas, onde se faz cultivo de uma diversificada agricultura nas várzeas, lagos e lagoas – serão separadas uma da outra com a privatização das terras de uso comum que passaram a ser destinadas para a lavoura de *commodities*.

Gráfico 15. Categorias sociais em situação de subalternização implicadas em conflitos por terra-água nas regiões brasileiras (2011-2020)



Fonte: Centro de Documentação Dom Tomás Balduino. Elaboração própria.

Registre-se, ainda, a diminuição dos alimentos nas áreas de lavouras, mesmo nas várzeas, que passam a ser atacadas por aves e outros animais famintos, posto que não encontram mais alimento nos gerais dominados pela monocultura e vão buscá-los nos pomares dos camponeses, como se vê na região do rio Araguaia em Mato Grosso. Enfim, os pivôs centrais se tornam verdadeiros pivôs da discórdia, como os batizaram os camponeses do Riachão da região de Montes Claros, norte de Minas Gerais.

6. Conclusões e considerações finais

A ideologia do Brasil grande, do Brasil potência, brandida pelos militares conformou um bloco de poder onde as empresas estatais e as grandes empreiteiras cumpriram um papel central construindo estradas, hidrelétricas, linhas de integração de energia e comunicações. Grandes corporações multinacionais apoiaram esse bloco que deu um arranjo novo à velha tradição de subordinar nossa economia à dinâmica capitalista dos países centrais exportando

produtos primários, ainda que, sempre, com tecnologias modernas desde os engenhos de açúcar no século XVI.

Em 2020, o Brasil se tornaria o primeiro produtor mundial de soja ultrapassando os países da UE. Que, em sua maior parte, se destina hoje à China, assim como o milho e o ferro. Apenas três produtos agrícolas – soja, milho e cana – ocupam 78% de toda a área cultivada do país. E, mais, os portos e ferrovias por onde sai a soja e o milho se viabilizam com a exportação de minérios: exportar é o que importa. Apesar dos discursos eloquentes acerca do papel da tecnologia brandido pelos ideólogos desse complexo de poder, ele se reproduz, como vimos amplamente, se expandindo/invadindo novas áreas, novas terras. E, face o capital inicial necessário para se produzir soja com tecnologia de ponta, as propriedades necessárias são de grande extensão.

A síntese de tudo isso, é muita violência, muita devastação e muito conflito. Como os territórios para onde se expandiam não eram “vazios demográficos”, como interessadamente caracterizavam, uma conflitividade em vários *fronts* habita nossa formação territorial onde, como vimos e documentamos nesse novo ciclo de expansão dos últimos trinta anos, os principais implicados entre os grupos/classes sociais em situação de subalternização/opressão/exploração foram as Populações Tradicionais, sobretudo os últimos dez anos, que estavam sob diversas formas em posse real de uso comum de suas terras e para quem a terra é terra de trabalho e de vida, e entre os grupos/classes sociais em situação de dominação são os Fazendeiros/Empresários, as Mineradoras e os Grileiros para quem a terra é terra de negócio.

Vimos que essas populações ameaçadas em suas conquistas históricas repeliram a maior parte das Ações de Despejo, mediadas pelo poder público, *de jure*, assim como as Ações de Expulsão protagonizadas pelo Poder Privado, poder *de facto*. Vêm, criativamente inventando direitos, como o salário defeso e as Reservas Extrativistas-RESEXs, afirmando-se com seus Protocolos de Consulta para fazer valer direitos internacionais de que o estado brasileiro é signatário (Convênio 169 da OIT, p.e.), com redes de abastecimento de alimentos saudáveis, com Teias onde grupos sociais diversos se juntam para afirmar seus direitos se apoiando mutuamente.

Nosso estudo mostrou como uma dinâmica de acumulação com base na produção de *commodities* agrícolas e minerais vem submetendo as escalas locais e regionais à escala global. Os volumes (escala métrica) exigidos implicam transformações profundas nas escalas

do metabolismo de reprodução da vida provocando desterritorializações e devastações, enfim, desestruturando natureza e culturas. O estado vem mediando essas conexões escalares em benefício das oligarquias fundiárias e financeiras (escala hierárquica) e, assim, cada vez mais, perde legitimidade e se afirma apelando para a prerrogativa formal do monopólio do uso da violência.

Entre os grupos sociais em situação de subalternização não vimos só resistência, mas também r-existência. Foi o que observamos em Correntina, no oeste da Bahia, em novembro de 2017, quando ocorreu um conflito que resume bem, tal e qual um fractal, a conflitividade que se instaurou no Brasil, nesse caso vista a partir de uma iniciativa de grupos sociais em situação limite de subalternização. Ali, em Correntina, cerca de mil pessoas ocuparam as instalações de uma das mais modernas fazendas da região, e destruíram todos os seus equipamentos de captação de água que, segundo eles, estava contribuindo para a escassez de água em toda a região (Porto-Gonçalves & Chagas, 2019).

Até mesmo, sistemas de irrigação (por canais e regos) centenários que construíram estavam sendo inviabilizados pelo desaparecimento de rios. Um “Já Basta!” emergiu entre aquelas populações que, durante séculos, experimentaram formas tradicionais violentas de dominação (mandonismo, jaguncismo e coronelismo) e, furiosas, queimaram os equipamentos das Fazendas. Foram demonizados pelos meios de comunicação de massas que reverberaram narrativas das associações de produtores de soja, de algodão, da ABAG, da Sociedade Rural Brasileira, entre outras, cujos *think tanks* os chamaram de “baderneiros”, “vândalos” e “terroristas”.

Entre os argumentos que essas associações e seus ideólogos brandiram estava o de que todas as denúncias, algumas de mais de quarenta anos, de grilagens, expropriações, desmatamentos, de falta de água e secamento de rios feitas pelas populações tradicionais não correspondiam ao que a ciência afirmava, hierarquizando saberes e ignorando o amplo conhecimento dos ciclos metabólicos por populações que ali vivem há séculos, os camponeses, e há milênios, como os indígenas que, diga-se, de passagem, são a fonte dos saberes das populações tradicionais da região.

As narrativas das classes sociais em situação de dominação se basearam em três eixos argumentativos: 1) na desqualificação dos que protagonizaram aquela ação como vândalos, desordeiros e terroristas e, ainda, como analfabetos e ignorantes; 2) afirmando que tudo que se praticava naquela fazenda, para eles modelo (sic) de desenvolvimento, estava baseado na

ciência e na tecnologia e; 3) que tudo que se praticara naquela fazenda, assim como no “desenvolvimento da região” estava devidamente legalizado com o aval do estado. E estava. Afinal, havia um saber que os desqualificava e que estava legalmente autorizado. Talvez esses próprios argumentos ajudem a entender a radicalidade e a violência daquela ação. A violência que se invoca como prerrogativa do estado há de ser também persuasiva e quando não o é não se legitima. Nessas situações, como já antevira Barrington Moore, se instaura um senso comum de injustiça e outra violência se vê como legítima entre os de baixo.

Cerca de onze dias depois daquele evento que destruíra os equipamentos nas citadas fazendas, cujos protagonistas se viram exercendo uma *digna rabia*, como se diz em espanhol, cerca de 13 mil pessoas acorreram às ruas de Correntina, município com cerca de 33 mil habitantes, para manifestar sua solidariedade para com aqueles que, de modo tão intempestivo, se manifestaram. A água, enquanto fonte da vida, uniu cidade e campo elevando o patamar de cidadania e de compreensão da complexidade do contraditório processo de des-senvolvimento que, para uns, é modelo e, para outros, é drama.

Referências Bibliográficas:

AB’SABER, Aziz. Espaços ocupados pela expansão dos climas secos na América do Sul, por ocasião dos períodos glaciais quaternários. Revista Paleoclimas. Ano 3. Volume/Número/Paginação/Ano: n. 3, p. 1-19. São Paulo. 1977.

_____ A teoria dos refúgios: Origem e significado. Revista do Instituto Florestal. Edição Especial. 1992.

AGUIAR, Diana. Dossiê Crítico da Logística da Soja: em defesa de alternativas à cadeia monocultural. FASE, Rio de Janeiro. 2021.

ARENDT, Hannah. A condição humana. Ed. Forense Universitária, Rio de Janeiro. 2007.

ARRIGHI, Giovanni. O Longo Século XX: dinheiro, poder e as origens de nosso tempo. Contraponto/UNESP, Rio de Janeiro. 1995.

ARRUDA, Moacir Bueno. Ecossistemas Brasileiros. Ed. Ibama, Brasília. 2001.

BARBOSA, Altair Sales. Andarilhos da Claridade: os primeiros habitantes do Cerrado. Goiânia-GO: Universidade Católica de Goiás. Instituto Trópico Subúmido. 2002. 416 p.

- BERTRAND, Georges. Paisagem e geografia física global: esboço metodológico. Caderno de Ciências da Terra, n. 13, p. 1-27. 1971.
- BOURDIEU, Pierre. O Poder Simbólico. Ed. DIFEL/Bertrand Brasil, São Paulo/Rio de Janeiro. 1989.
- BRAUDEL, F. História e Ciências Sociais: a longa duração. Revista de História, v. 30 n. 62. USP, São Paulo. 1965.
- BRASIL, Decreto nº 8.447, de 06 de maio 2015. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília-DF, 07 de maio de 2015, Seção 1, pág. 2. ISSN 1677-7042.
- CASTORADIS, Cornelius. A Instituição Imaginária da Sociedade. Ed. Paz e Terra, São Paulo. 1982.
- CAVALETT, Otávio. Análise do Ciclo de Vida da Soja. Tese de Doutorado. Faculdade de Engenharia de Alimentos. Departamento de Engenharia de Alimentos. Campinas-SP: UNICAMP. 2008. 245 p.
- CONAB. Perspectiva Agropecuária. v.5, p. 1-112, set. Brasília. 2017.
- FANON, Frantz. 1968. Os Condenados da Terra. Ed. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro.
- FAVARETO, A.; NAKAGAWA, L; KLEEB, S.; SEIFER, P. e PÓ, M. Há Mais Pobreza e Desigualdade do que Bem-estar e Riqueza nos Municípios do MATOPIBA. Revista NERA, v. 22, n. 47, pp 348-391. Presidente Prudente. 2019.
- FAVARETO, Arilson (Org.), NAKAGAWA, Louise; PÓ, Marcos; SEIFERr, Paulo e KLEEB, Suzana. Entre chapadas e baixões do Matopiba: dinâmicas territoriais e impactos socioeconômicos na fronteira da expansão agropecuária no cerrado. Favareto, Arilson (Org.). Prefixo Editorial 92545, São Paulo. 2019.
- GRAMSCI, Antônio. Cadernos do cárcere (v. 3). Maquiavel. Notas sobre o estado e a política. Ed. Civilização brasileira, 2000. Rio de Janeiro. 2000.
- GUATTARI, Félix e ROLNIK, Suely. Micropolíticas: cartografias do desejo. Ed. Vozes, Petrópolis. 2005.
- ROSA, João Guimarães. Grande Sertão: Veredas. Ed. Nova Fronteira, Rio de Janeiro. 1986.
- IBGE e MMA. Mapas de Biomas às escalas 1: 5.000.000 e 1: 250.000. Brasília, D.F. 2003.

IBGE, Atlas Nacional do Brasil / IBGE, Diretoria de Geociências. Editora IBGE. Rio de Janeiro. 1992.

LIMA, Elias Lopes. Encruzilhadas Geográficas: notas sobre a compreensão do sujeito na teoria social crítica. Editora Consequência, Rio de Janeiro. 2014.

MARTINS, José de Souza. Terra de Trabalho e Terra de Negócio. Contribuição para o Estudo da questão agrária no Brasil. In Cadernos do CEAS, n.67, Maio/Jun. 1980, p.34-44, Salvador-BA. 1980.

MATURANA, Humberto R. e VARELA, Francisco J. Varela. A Árvore do Conhecimento: as Bases Biológicas da Compreensão Humana. Ed. Palas Athena, São Paulo, 2011.

MAZZETTO SILVA, Carlos Eduardo. Os cerrados e a sustentabilidade: Territorialidades em tensão. Tese de Doutorado aprovada no Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal Fluminense sob orientação do Dr. Carlos Walter Porto-Goncalves. Niterói. 2006.

MOORE, Barrington. As Origens Sociais da Ditadura e da Democracia: Senhores e Camponeses na Construção do Mundo Moderno. Ed. Martins Fontes, Rio de Janeiro. 1973.

_____. 1987. Injustiça - as Bases Sociais da Obediência e da Revolta. Ed. Brasiliense, São Paulo.

NAKAGAWA, Louise; DE MARIA, Marcello e COUTO, Matheus. Iniciativas de governança privada e produção de commodities no Brasil: *roundtables* e os compromissos socioambientais na produção de carne bovina e soja. mimeo.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. Os posseiros voltam a assumir o protagonismo da luta camponesa pela terra no Brasil. In: Conflitos no Campo Brasil 2010/CPT. Goiânia-GO. 2011.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. Aculturação e fricção interétnica. Revista América Latina. 1963, v. VI, n. 3. Rio de Janeiro. 1963.

PITTA, F. T. e VEGA, G. C. Impactos da Expansão do Agronegócio no MATOPIBA: comunidades e Meio Ambiente. Actionaid, Rio de Janeiro. 2017.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. As Minas e os Gerais: Breve Ensaio sobre Desenvolvimento e Sustentabilidade a partir da Geografia do Norte de Minas. Revista Verde Grande: Geografia e Interdisciplinaridade. v. 3 n. 02. 2021 [1996].

_____ Geo-grafias – movimientos sociales, nuevas territorialidades y sustentabilidad, ed. Siglo XXI, México. 2001.

_____ O Complexo de Violência e Devastação da Amazônia Brasileira: o caso do sudeste do Pará. Revista Proposta, Ano 31 – n° 114 – Out/dez 2007. Fase/Rio de Janeiro. Disponível em <https://www.ecodebate.com.br/2008/02/09/amazonia-violencia-e-devastacao-artigo-de-carlos-walter-porto-goncalves/>. 2007.

_____ Cerrados e de suas riquezas. Não Há Defesa dos Cerrados sem os Povos dos Cerrados. In Caderno de Conflitos. CPT, Goiânia. 2013.

_____ Dos Cerrados e de suas Riquezas: de saberes vernaculares e de conhecimento científico / Organizadoras: Diana Aguiar (FASE) e Valéria Pereira Santos (CPT). FASE e CPT. Rio de Janeiro e Goiânia. 2019.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter e CHAGAS, Samuel Britto das. Os Pivôs da Discórdia e a Digna Raiva: uma análise dos conflitos por terra, água e território em Correntina-BA. Gráfica e Editora Bom Jesus. Bom Jesus da Lapa-BA. 2019.

PRADO Jr., Caio Prado. História econômica do Brasil. São Paulo, Ed. Brasiliense, São Paulo. 1959.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina. In LANDER, Edgardo (Comp.) La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales. Clacso, Buenos Aires. 2000.

RIBEIRO, Ricardo F. Floresta Anãs do Sertão – o Cerrado na História de Minas Gerais. Belo Horizonte: Ed. Autêntica. 2005.

SANTOS, Milton. A Natureza do Espaço: Tempo e Técnica, Razão e Emoção. 3ª Edição. Edusp (Editora da USP), São Paulo. 2003.

THOMPSON, E. P. Costumes em Comum. Ed. Cia das Letras, São Paulo. 1996.

VESENTINI, J. W. A Capital da Geopolítica. Ed. Ática, São Paulo. 1986.



Visite nosso site em <https://cebrapsustentabilidade.org>